

Os grupos Karajã não assistidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

1º Parte. Descendo o Araguaia : de Aruanã a Barreira do Campo.

André Amaral de Toral (+)

Introdução.

Este relatório trata dos Karajãs que vivem junto com a população regional e sem assistência da Fundação Nacional do Índio. Estão localizados junto à essa população regional em diversas cidades ou vilas às margens do Araguaia desde Aruanã (GO) até Santana do Araguaia (PA). Compreende as observações feitas durante viagem realizada à região em janeiro de 1980. A viagem foi feita propositadamente de barco (de transporte de mercadorias), exceto no trecho compreendido entre Aruanã e Porto Luís Alves (GO). Minha intenção foi de, descendo o Araguaia no trecho mencionado, cobrir todos os grupos Karajãs que não se encontram em aldeias onde há um Posto Indígena ou representante da FUNAI. Encontram-se, estes Karajãs, vivendo seja na "periferia" de vilas ou cidades ribeirinhas ou então em pequenos grupos em trechos relativamente pouco povoados do Araguaia aonde estão em contato com seus vizinhos (vaqueiros ou posseiros no Parque Indígena do Araguaia).

Este é, no entanto, um trabalho incompleto em muitos aspectos. Não são aqui os dois abordados os dois grupos Javaê (sub-grupo Karajã) que também não estão em contato com a FUNAI e que vivem em Barreira da Cruz (GO) e Barreira do Pequi (GO), ambos localizados às margens do rio Javaês (braço menor do Araguaia e que, junto com este último, formam a Ilha do Bananal). Também não cheguei a visitar os dois grupos Karajãs instalados nas imediações de Santana do Araguaia (PA). Um destes grupos, o que vive junto com a população regional na vila de Santana do Araguaia, recebe assistência da FUNAI. Também não entrevistei-me pessoalmente com os Karajãs de Cocalinho e Mata Corã (Estados de Mato Grosso do Norte e Goiás respectivamente), sendo as informações obtidas através dos Karajãs de Aruanã.

Os agrupamentos Javaê de Barreira da Cruz e Barreira do Pequi, bem como o agrupamento Karajã de Santana do Araguaia serão abordados na 2ª Parte deste relatório. A versão presente é, portanto, uma primeira parte de um trabalho que se inicia.

Não me proponho, no entanto, a estudar a história do contato da população Karajã como um todo com as frentes de expansão da nossa sociedade. É antes de tudo um relatório que se escreveu porque sentiu-se a necessidade de se vincular a um maior número de pessoas as condições de vida a que estão submetidos os Karajã que vivem com a população regional e a cuja tutela a FUNAI não se propõe nem assume.

(+) Gradação Depto. Ciências Sociais (F.F.L.C.H.) da Universidade de São Paulo  
Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

É por se negar aos índios direitos escritos em Constituição que se escreve este relatório. Imagino-o, no meu otimismo, como mais uma tentativa de chamar às responsabilidades esse "tutor infiel" (a FUNAI).

Volto a dizer que o esforço de se inserir os grupos abordados no processo histórico de contato das populações Karajã e brasileira foi limitado pelos objetivos do trabalho. Não se pretende fazer um histórico das relações entre brancos e índios e sim vincular uma denúncia. O recuo histórico adotado é mínimo e se restringe a menções específicas (como em Aruanã) aos grupos abordados por fontes bibliográficas também específicas e limitadas. No mais limitei-me essencialmente às informações recebidas dos próprios Karajãs e que o pouco tempo que permaneci com esses grupos permitiu-me observar e anotar.

Os Karajãs se distribuem pelas margens do Araguaia desde Aruanã (GO) até Xambioá (PA). Os Karajãs estão divididos em tres sub-grupos e/ou variações dialetais : os Javaê, os Xambioá e os Karajãs propriamente ditos. Os primeiros se encontram às margens do braço menor do Araguaia, o rio Javaês, e no interior da ponta norte da Ilha do Bananal. Os Xambioá encontram-se numa única aldeia, às margens do Araguaia em Xambioá (PA). Os Karajãs encontram-se às margens do Araguaia, desde Aruanã (GO) até as imediações de Santana do Araguaia (PA).

A localização das aldeias ou agrupamentos atuais não nos dá uma clara idéia da localização desses mesmos grupos em épocas passadas. Houve, é certo, uma diminuição do número de aldeias, resultantes do processo de depopulação sofrido pelos Karajã como consequência de epidemias ou doenças crônicas que até hoje se manifestam com especial virulência entre essa população. Essa população Karajã era originariamente encontrada em aldeias localizadas nas margens do Araguaia, principalmente na barra de numerosos tributários do Araguaia (como as aldeias da barra do rio Crixãs, rio Tesouras, rio Vermelho e outros). Suas aldeias podiam ser encontradas também em alguns desses afluentes do Araguaia (como rio do Côco e Tesouras) que eram invariavelmente percorridos durante o verão seja pelos moradores das aldeias permanentes localizadas às suas margens seja por grupos originários das já citadas aldeias das barras desses mesmos rios no Araguaia e que no verão subiam estes afluentes próximos com seus arranchamentos provisórios à procura da "viração" (desova das tartarugas) e de seus ovos, bem como outros produtos da coleta ou da pesca. Eram também numerosas as aldeias localizadas no interior da Ilha do Bananal. Eram, essas aldeias, na sua maioria absoluta, aldeias Javaê embora pudessem ser encontradas algumas aldeias Karajã também no interior da Ilha. Localizavam-se estas aldeias junto aos rios interiores da Ilha (como os rios Jaburū, Riozinho, Lever, Imutĩ, Handitorō e outros), ou então às margens das lagoas, furos e desaguadouros também interiores a Ilha do Ba-

(cont.) nanal.

Naturalmente essa localização das aldeias e arranchamentos obedecia a um regime de subsistência determinado basicamente pela importância maior ou menor da pesca nas duas estações do ano : no verão (fins de março a fins de setembro) e inverno ou estação das chuvas (fins de setembro a fins de março).

No verão a pesca e a coleta predominavam sobre todas as outras formas de subsistência. Era o tempo da dispersão : em pequenos grupos, que raramente excediam de tres a quatro famílias (embora existissem arranchamentos maiores), os Karajás se instalavam nas praias não sô do Araguaia e do Javaês mas também de seus tributários como já foi visto. Esses acampamentos de verão eram arranchamentos provisórios. Esses pequenos grupos com grande mobilidade (o seu equipamento material era restrito à pouca bagagem que podiam carregar em suas canoas) são a condição da possibilidade de se viver, nesta estação, basicamente através da pesca e da coleta . Isso vai se dar pela exploração de um complexo roteiro de pesca ou zona de perambulação que, para ser praticado, requer as duas já citadas pré-condições: mobilidade baseada na composição reduzida, numericamente, desses grupos no verão. Esses pequenos grupos, com seus abrigos de esteiras, sua mobilidade constante constituem os arranchamentos provisórios. Distinguem-se das aldeias permanentes ou dos locais de aldeamento na época do inverno (das chuvas).

No inverno o nível das águas do Araguaia sobe consideravelmente. As praias desaparecem sob as águas, a possibilidade de se viver basicamente dos produtos do rio é reduzida devido ao aumento do volume das águas que prejudica sobremaneira o exercício da pesca. Esta é limitada nessa época às lagoas interiores da Ilha do Bananal ou próximas ao Araguaia. Os Karajás concentram-se então nas aldeias maiores onde a atividade agrícola é agora a atividade principal, complementada pela pesca. O início das chuvas marca também a época do plantio da maioria das espécies vegetais cultivadas pelos Karajás. Há no inverno uma grande atividade ritual sendo a época de mais intenso intercâmbio social. Não são muitos os lugares altos no vale do Araguaia. Ou seja, não são muitos os lugares que no inverno não são invadidos pelas águas. Os locais de aldeias permanentes são, desta maneira, em número reduzido e, com a ocupação de seu território pela população brasileira os Karajás tiveram que disputar ou dividir, até serem expulsos pelos chegantes, os locais adequados para as aldeias e para se botarem as roças. Esses lugares altos nos quais os Karajás se refugiavam no inverno constituem as denominadas "Barreiras". Quase todas as vilas e cidades atualmente existentes no Araguaia (às suas margens), no trecho habitado pelos Karajás já foram locais de aldeamentos dos referidos Índios.

A partir da segunda metade do século passado, com a implantação da navegação a vapor, os Karajás experimentaram um contato permanente com a nossa sociedade. Guarnições militares, núcleos de comércio, Missionários, pequenos criadores, garimpeiros e pequenos criadores ou lavradores começam a se instalar às mar-

X (cont.) gens do Araguaia (Para se ter uma idéia mais clara da ocupação do Araguaia pelos brasileiros e um histórico mais detalhado do contato sugiro ao leitor a leitura do meu trabalho intitulado "Os Javaē e a defesa de sua terra" 1979).

Como diz Darcy Ribeiro, os Karajás no início do século XX ainda viviam "em relativa independência, mesmo porque o Araguaia só nos nossos dias seria realmente integrado na economia nacional, através da ocupação dos campos marginais por criadores de gado" (18).

Com o estabelecimento da população regional às margens do Araguaia os Karajás terão uma experiência de contato que, nos diferentes sub-grupos (Javaē, Xambioá e Karajá), irá variar de intensidade e qualidade segundo a história específica do contato nos diferentes grupos locais (dos sub-grupos) e segundo as diferentes realidades regionais em que este contato se dará. Assim cada grupo considerado (Karajá, Xambioá e Javaē) tem uma história de convívio com a população brasileira que é específica. Dentro desses grupos cada grupo local também vai ter uma experiência única. Excede os objetivos deste relatório fazer um retrospecto dessas experiências. Mesmo apresentando, a experiência de contato, variações fundamentais, de acordo com as realidades regionais em que se dão, alguns pontos comuns podem ser levantados. A seguir apresento alguns pontos em comum da história de contato dos Karajá e Javaē.

X Como vimos atrás, muitos são os fatores que influem para a localização das aldeias Karajá (e Javaē). Antes do advento do contato permanente com o branco, eram preponderantes: (1) proximidade a pontos onde a pesca e a coleta sejam mais produtivas e (2) a existência de terras altas (as "barreiras") à beira do Araguaia aonde possam botar suas roças na estação das chuvas, à salvo das águas. Pela primeira razão se explica a dispersão dos Karajá e Javaē no verão, no passado, ao longo do rio Araguaia. Não no seu curso principal, improdutivo para a pesca, mas em lagos, furos, pequenos afluentes próximos ao Araguaia e Javaés, bem como nos rios interiores à Ilha do Bananal. Ou então, como foi visto, "subindo" os afluentes do Araguaia (rios Crixás, Tesouras, do Côco, Cristalino, etc). Isso explica a disposição das antigas aldeias, em geral próximas a lagos ou localizadas junto às "barras" dos já citados rios junto ao Araguaia. Esses locais de pesca ainda são percorridos pelos Karajá, que no entanto, apesar de ainda percorrerem o antigo roteiro de pesca, não o fazem como faziam no passado, ou seja, através de pequenos grupos com grande mobilidade, e nem existem mais, devido à ocupação do território pela população branca, muitas das antigas aldeias permanentes e nem a possibilidade de viverem acampados nas praias como veremos adiante.

A localização das aldeias Karajá e Javaē se modificou bastante depois do contato permanente com o branco. De um modo geral, pode-se dizer que as aldeias destes grupos se "retraíram" consideravelmente, restringindo-se somente às margens



do curso principal do Araguaia e do rio Javaés. Tanto as aldeias Javaé (em maior número) e Karajã que existiam no interior da Ilha do Bananal, bem como as aldeias Karajã localizadas nos tributários do Araguaia deixam de existir. Suas populações migram para o curso principal do Araguaia e Javaés. Entre os Javaé, esse processo de concentração de população iniciou-se em 1960, sendo acelerado em 1973 pela FUNAI, que transferiu, nesse período, quase todos os moradores das antigas aldeias para o Posto Indígena Canoanã (GO). Das antigas aldeias apenas uma permanece, é a aldeia de Barreira Cruz (não assistida pela FUNAI). Ultimamente, porém, o fluxo de migração mudou de sentido: a aldeia de Barreira da Cruz está aumentando graças a contingentes populacionais vindos de Canoanã. O processo como se vê está longe de terminar (se é que um dia terminará!) e a sedentarização dos Karajã ainda não é um fato consumado. Entre os Karajã o processo foi semelhante mas ocorreu em épocas anteriores no tempo. Principalmente a partir de 1930-40 as aldeias Karajã localizadas no interior da Ilha do Bananal ou nos tributários do Araguaia são abandonadas. A população Karajã se concentrou nas aldeias localizadas às margens do Araguaia, junto aos Postos do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) ou então junto aos missionários (principalmente de igrejas protestantes: Missão Novas Tribos do Brasil e Missão Adventista do Sétimo Dia) que procuravam arrebanhar os índios em aldeias permanentes e populosas para facilitar seu serviço de conversão de almas e de combate à cultura original dos Karajã, por parte do "finado" S.P.I. as intenções e a efetiva ação de reunir ou procurar reunir os índios em aldeias maiores, próximas ao Araguaia e permanentes visava<sup>m</sup> facilitar o trabalho de assistência a esses grupos. Essa população Karajã, agora concentrada às margens do Araguaia, estava localizada, desta maneira, junto aos Postos do S.P.I., junto às missões protestantes que se instalavam (e procuravam, ávidas, almas para a conversão e aculturação) ou então junto à população regional.

Com a chegada do branco, algumas mudanças fundamentais ocorreram na relação do Karajã com o meio ambiente. A ocupação de seu território pela população branca fez com que não fosse mais possível o antigo regime de subsistência. Ou se adotava uma aldeia permanente para a maior parte do ano ou as terras altas onde se localizavam as aldeias na estação das chuvas seriam fatalmente ocupadas pela população branca. Consequentemente, o grupo viu-se na impossibilidade de praticar o antigo nomadismo adotado no verão. Não podendo viver, como no passado, quase que exclusivamente dos produtos da pesca e da coleta nesta estação, adotando uma moradia quase que permanente o ano inteiro, o regime de subsistência e os hábitos dos Karajã sofrem significativa mudanças. Dessas mudanças algumas devem ser lembradas: a maior sedentarização levou ao incremento da atividade agrícola (principalmente para os grupos que não vivem em contato permanente com o branco e com assistência da FUNAI, nas terras do Parque Indígena do Araguaia, e<sup>que</sup> consequentemente, ainda tem terras disponíveis para roças) e da atividade artesanal (principalmente

entre os grupos que convivem com a população regional). Entre esses grupos que vivem com o branco é comum também a sua inserção no mercado regional como mão de obra numa gama variada de serviços prestados. Incapazes de se manterem através das atividades em que tradicionalmente eram especialistas (como práticos do rio, pescadores e artesãos) os Karajã trabalham como peões nas fazendas, trabalham em regime de meia com a população regional ou, se for mulher, lavando roupa, prostituindo-se, etc. Ou seja, oferecem-se no mercado regional como mão de obra desqualificada, da mesma maneira que seus parceiros civilizados (peões, vaqueiros, etc).

Deve ser aqui destacada a influência, muitas vezes subestimada, do turismo como um todo sobre estas populações Karajã sem ou com assistência da FUNAI. O turismo é feito principalmente nos meses de verão por turistas vindos principalmente de Goiânia e Anápolis. Desde 1940 os Karajã empregam-se nessa atividade como guias, remadores, pescadores ou criados. É também considerável a quantidade de artesanato que vendem aos turistas (que são, juntos com a população regional, os maiores compradores). Os homens passam longos períodos de tempo acompanhando seus patrões e suas "caravanas" de turistas aos pontos piscosos do Araguaia. São comuns também as famílias Karajã que vão morar junto aos pontos frequentados pelos turistas no verão. Representa, portanto, atividade altamente nociva ao Karajã, na medida que tira indivíduos e famílias das aldeias contribuindo assim para a dispersão e para o desaldeamento de numerosos indivíduos e famílias.

Entre os Karajã sem assistência da FUNAI o contato com a população regional produziu alguns resultados facilmente reconhecíveis entre todos os grupos que serão abordados neste relatório. O primeiro ponto a ser levantado é a supressão de seus direitos como índios e a expropriação de seus meios de produção e subsistência.

Todos os agrupamentos Karajã que vivem junto ao branco tem suas terras totalmente griladas, sofrem pressões dos fideiussários da caça e pesca, são enfim desapropriados de tudo quanto possam ter. Esse processo de desapropriação dá-se num contínuo, onde o caso dos Karajã de Aruanã ilustra até onde pode chegar essa situação de miséria e de desespero, consequência do já citado processo expropriativo e da total indiferença da FUNAI, que, aliás, lava as mãos negando, a esses Karajã a sua identidade étnica, não os reconhecendo como índios. Participa também, a FUNAI, do esbulho a que estão submetidos esses índios, negando-lhes a assistência e as terras a que tem direito por força de lei (Lei Nº 6001 - Estatuto do Índio). A FUNAI nega a identidade desses grupos, e nega, conseqüentemente, seus direitos à assistência.

Além da desapropriação das suas terras, de seus direitos à pesca e de seus direitos a assistência por parte do Estado Brasileiro esses grupos tem outras características em comum. O seu recorte na economia regional apresenta similaridades. Todos os grupos a que me refiro no texto subsistem basicamente através da pesca e do artesanato. A pesca ainda é feita com métodos tradicionais, observando-se as mudanças já anotadas anteriormente, nos roteiros de pesca tradicionais, existindo, no entanto, grupos locais onde esta atividade encontra-se sendo feita de maneira bastante profissional. É vendida principalmente aos moradores regionais ou a compradores, barcos de comércio, originários principalmente do Pará. O artesanato é feito basicamente para ser vendido à população regional (são, em geral, artigos de valor eminentemente prático: canoas, remos, esteiras, maringas, peças de cerâmica, etc), aos turistas no verão ou a donos de lojas de vendas de artesanato indígena da região ou em Goiânia, Brasília e Anápolis.

Como se vê, a importância, não só econômica, das povoações regionais ribeirinhas sobre esta população Karajá é significativa. Para se fazer um histórico adequado desses grupos seria também necessário estudar-se a história do estabelecimento dessas povoações regionais às margens do Araguaia e do rio Javaés.

Estes grupos Karajá que vivem junto com a população branca e sem assistência da FUNAI não estão isolados do restante da população Karajá como um todo. A seguir apresento as razões que, do ponto de vista da sociedade Karajá, explicam a permanência destas famílias e grupos em locais totalmente ocupados pela população regional.

Nas duas aldeias maiores, Aruanã e Luciara, a quase totalidade dos indivíduos que lá vivem, são nascidos no local. As famílias numericamente mais importantes dessas duas aldeias são descendentes de antigas lideranças locais. Os filhos ou sobrinhos (filho da irmã) dos antigos chefes detêm, atualmente, a chefia formal nessas aldeias. Todos os seus parentes mortos estão enterrados no local. Constituem assim, estas aldeias, em locais tradicionalmente ocupados pelas mesmas famílias que hoje se encontram vivendo nos referidos locais. Consequentemente as possibilidades de que, no futuro, estes grupos venham a abandonar os locais que atualmente ocupam são quase nulas. Pela importância que dão ao local <sup>onde</sup> têm seu passado e pela sua posição, na sociedade Karajá mais ampla, que é dada, entre outras coisas, pelo significado e importância das suas aldeias dentro da "nação" Karajá.

O fluxo de mudança e/ou extinção de numerosas aldeias Karajá e Javaé obedece a um sentido já exposto anteriormente, ou seja: o abandono das aldeias localizadas nos afluentes do Araguaia e do rio Javaés e das aldeias localizadas no interior da Ilha do Bananal. Numerosos indivíduos ou famílias vindos dessas aldeias, hoje desaparecidas, encontram-se vivendo nessas aldeias "independentes",

todas elas localizadas no curso principal do Araguaia e Javaês. Esses indivíduos e famílias que, junto com os nascidos no local, perfazem a maioria da população das aldeias a que me refiro no texto são originários principalmente das aldeias (atualmente extintas) de : São José dos Bandeirantes, das duas aldeias localizadas na barra do rio Crixãs (as tres no curso principal do Araguaia), da aldeia Berobiô (às margens do rio Javaês), aldeia Jatobã (às margens do rio do Côco, afluente do Araguaia) e da aldeia Wabê (no Riozinho, interior da ponta norte da Ilha do Bananal).

Existem também grupos formados por indivíduos originários de uma só aldeia (como os de Barreira da Mirindiba, naturais de Aruanã). São comuns também as famílias que muitas vezes convertem-se, na aldeia de origem, em dissidências do grupo majoritário e, como resultado das disputas inter-familiares, são obrigadas a deixarem a aldeia e a refugiar-se, temporariamente ou não, junto a esses grupos que vivem com a população regional. Gostaria de lembrar aqui que a chefia formal esta intimamente ligada, entre outras coisas, com o poder político baseado no segmento familiar extenso.

Vamos ver que a política indigenista adotada pela FUNAI nas aldeias do Parque Indígena do Araguaia acaba por desequilibrar a disputa inter-familiar e, favorecendo um grupo familiar, provoca o êxodo das famílias que se veem alijadas, desta maneira, de ter voz ativa nos destinos da comunidade. É o caso das famílias Karajã do Posto Indígena Tapirapê (aldeia Karajã) que se encontram vivendo junto aos Karajã "independentes" de Luciara.

Como se vê, estas aldeias fazem parte de uma nação Karajã mais ampla e de seus arranjos, que visam o equilíbrio e a tentativa de harmonização das partes componentes deste todo, continuamente redefinido e regido por uma estrutura interna de funcionamento que obedece a uma lógica decorrente das particularidades da estrutura social Karajã. Constituem um "mundo" no qual o homem Karajã vive e se orienta na sua experiência concreta e histórica de vida. Constituem assim um roteiro disponível aos indivíduos que, por razões diversas, se veem impossibilitados de permanecerem nas suas aldeias de origem. Indivíduos acusados de feitiçaria, ou renomados Hãris (xamã ou curador Karajã e Javaê) que tenham caído em desgraça são obrigados a exilar-se em outras aldeias. Também aqueles que, porventura tenham brigado ou morto alguém na aldeia de origem, são obrigados a refugiar-se. O temor da vingança ou o revanchismo por parte dos parentes da vítima é a principal razão que leva os indivíduos a fugirem (muitas vezes eles são, na sua fuga, acompanhados pela sua família). Desta maneira, feitiçeiros, assassinos, indivíduos envolvidos em brigas, disputas ou crimes passionais, indivíduos enfim que tenham se tornado anti-sociais ou incompatibilizados com a sua comunidade de origem tem, à sua disposição, um roteiro de locais alternativos aonde poderão recomeçar suas vidas. Temporariamente desligados de suas aldeias de origem mas ainda dentro da sociedade Karajã.



Representam, estas aldeias (como qualquer outra aldeia Karajã e Javaẽ), parte de um todo, expressão da resposta da sociedade Karajã às crises ocorridas nas suas unidades componentes (no caso as aldeias tomadas individualmente).

As razões desse fluxo populacional constante, existentes entre as aldeias Karajã, podem ser muitas vezes encontradas na influência ou como decorrência da situação de contato com o branco. No entanto, a resposta ou os arranjos sociais empregados para se contornar ou sanar as dificuldades surgidas são feitas dentro de padrões característicos da estrutura social Karajã e dentro também do repertório de soluções, socialmente aceitas, pela população Karajã.

Constituem, essas aldeias Karajã que vivem com a população regional, parte de um todo, de uma nação Karajã. A relação ou o circuito entre as aldeias obedece a certas especificidades ditadas pelas características no relacionamento de uma aldeia com outra(s). Mas todas elas são participantes de uma mesma cultura fundamental, tem uma experiência histórica também comum e participam de uma estrutura social básica e constituem o mundo em que o homem Karajã vai se orientar para construir sua experiência de vida concreta. É certo, neste sentido, falar-se de uma nacionalidade Karajã na medida em que, com ou sem o branco, a etnia é que vai determinar o grupo primeiro em que o indivíduo vai se basear. É claro que existem índios Karajã que vivem junto ao branco pelos hábitos e/ou dependências adquiridos, mas isso não explica a lógica pela qual esses grupos se orientam para se localizar junto aos brancos. As suas razões para permanecerem morando junto ao branco são outras que não as econômicas (embora, como já disse, estas possam estar implícitas), no sentido de auferir vantagens econômicas morando perto dos centros de comércio.

É por se entenderem como "cidadãos" de uma outra realidade (política e social) que eles (os Karajãs "independentes") se posicionam ficando nos locais de origem, ou trocando provisoriamente de aldeia, apesar de que os locais aonde vivem ou passarão a viver (no caso de se dirigirem às aldeias "independentes") estar totalmente ocupado e grilado pela população branca.

Os grupos Karajá não assistidos pela FUNAI.

1º Parte. Descendo o Araguaia : de Aruanã a Barreira do Campo.

André Amaral de Toral

1. Os Karajá de Aruanã (Bur-dine mahadú).

Alguns antecedentes históricos do contato :

Constituem, os Karajá de Aruanã, o mais meridional dos grupos Karajá do Araguaia. São também um dos grupos Karajá de mais antigo e frequente contato com a sociedade brasileira. Este contato está intimamente ligado à história de Aruanã (antiga Leopoldina) e da história da navegação pelo Araguaia.

Os Karajá de Aruanã são mencionados pela primeira vez por Fritz Krause, etnógrafo alemão que os visitou em 1908 (1). Na ocasião da referida visita de Fritz Krause, ocorrida no verão dada a localização da aldeia numa praia em frente à barra do Rio Vermelho, os índios já se encontravam associados à economia regional : os homens empregando-se como práticos do rio (guias, canoieiros, remadores ou pescadores) a serviço de comerciantes de Leopoldina (atual Aruanã), que faziam o tráfego de mercadorias de Leopoldina a Santa Maria e Conceição do Araguaia, no Pará. As mulheres, e os homens em menor escala, produziam artigos de artesanato que se tornavam indispensáveis ao cotidiano regional : cestos, moringas, remos e canoas (pelos homens), etc. A convivência dos Karajá com os brasileiros data do século XVIII, torna-se no entanto, para os de Leopoldina, cotidiana, e não esporádica, no período do florescimento da navegação e do tráfego comercial pelo Araguaia.

A navegação a vapor entre Leopoldina e Santa Maria foi implantada em 1869 pelo então Presidente da Província de Goiás, General Couto de Magalhães, interessado em ligar o centro do país a um porto marítimo, no Pará. Com um escasso movimento de mercadorias "não podia ser duradoura a prosperidade de Leopoldina"(3) . A decadência foi sustada pela fundação da Missão e vila de Conceição do Araguaia, abastecida em parte pelo mercado de Leopoldina.

Posteriormente a companhia de navegação será fechada (1904) e novamente aberta para dar vazão à produção de borracha de Conceição do Araguaia, no Pará, a Leopoldina (e daí para Santos via Goias Velho e Araguari). Isso no ano de 1908.

Foi fundado em 1871 perto de Dumbázinho, a duas léguas (aproximadamente 12 km) de Leopoldina (rio abaixo), o Colégio Isabel " com o fim de educar crianças aborígenes, convertendo-as ao Cristianismo e à vida sedentária" (2). Segundo Krause o colégio foi fechado no último decênio do século passado. A respeito desse educandário, mantido pelo governo da Província, diz o Pe. Estevão Gallais (5):

"O Colégio Santa Isabel, que devia fornecer à colonização um contingente precioso tirado do elemento indígena, só deu resultados deploráveis. Para enchê-lo, arrancou-se à força os meninos dos pais, sujeitando-os a um regime desmoralizador. Centenas, milhares, talvez, morreram mais de nostalgia do que de outra qualquer moléstia, e encheram com os seus cadáveres o grande cemitério em que repousam. Foram os mais felizes. Os sobreviventes apressaram-se, à saída do Colégio, em voltar às suas florestas, em retomar a vida selvagem, com seus hábitos, acrescidos de mais alguns vícios".

Naturalmente essas tentativas de catequese e de sedentarização da população Karajá visavam não só liberar o Araguaia dos esporádicos assaltos dos Karajá mas também e principalmente refletiam a intenção de integrá-los à economia regional como mão de obra (especializada na navegação) e produtores de bens específicos nos quais os Karajá também eram especialistas (produtos do rio, artesanato, etc.).

#### A situação atual dos Karajá de Aruanã :

A situação atual dos Karajá de Aruanã foi descrita pelo excelente relatório de autoria do Dr. João Paulo Botelho V. Filho (6). O relatório que aqui se segue contém informações tanto do já citado relatório de autoria do Dr. João Paulo Botelho V. Filho como obser

(cont.) vações minhas colhidas em janeiro de 1980, data em que visitei o o grupo referido.

Os Karajá de Aruanã são na sua maioria nascidos na própria aldeia de Bur-dine (nome Karajá do local). Todos falam a língua original utilizando-se o português somente no trato com os brancos. Mantém ligação principalmente com os grupos de Mata Corã, Cocalinho e Luís Alves. Deslocam-se com frequência para esses outros aldeamentos. Encontram-se em Aruanã diversos índios da aldeia que existira, até o fim da década de 50, em São José dos Bandeirantes (ou Bandeirantes simplesmente), atualmente extinta. O seu deslocamento rio abaixo pode ser em função da pesca ou do intenso intercâmbio social que se verifica entre esses grupos.

A atual aldeia é um prolongamento da rua de Aruanã que dá para o rio Araguaia. É constituída por cinco casas de teto e paredes de palha sendo somente uma de paredes barreadas. Vivem num terreno de aproximadamente 200 m<sup>2</sup> (7), tendo uma estrada de duas pistas por detrás e uma rua cheia de mato na frente. Atravessando-se a referida rua, e o mato baixo, anda-se 50 m e chega-se ao rio aonde os índios mantêm, na margem, seus portinhos e canoas. A uns 10 m da casa Nº1 localiza-se a Escola Estadual de 1º grau Dom Candido Penso, administrada pelos irmãos Maristas. A escola é frequentada pelas crianças de Aruanã e por tres crianças Karajá

Apesar de estarem na "periferia" da cidade de Aruanã a aldeia obedece na sua disposição o padrão Karajá tradicional : uma fileira de casas paralelas à margem do rio. Localiza-se exatamente no mesmo local anotado por Fritz Krause em 1908 : na confluencia dos rios Araguaia e Vermelho.

São seus vizinhos e compadres a população mais modesta de Aruanã, com a qual se vêem irmanados nas condições de vida. A seguir um esquema da localização dos Karajá em Aruanã :



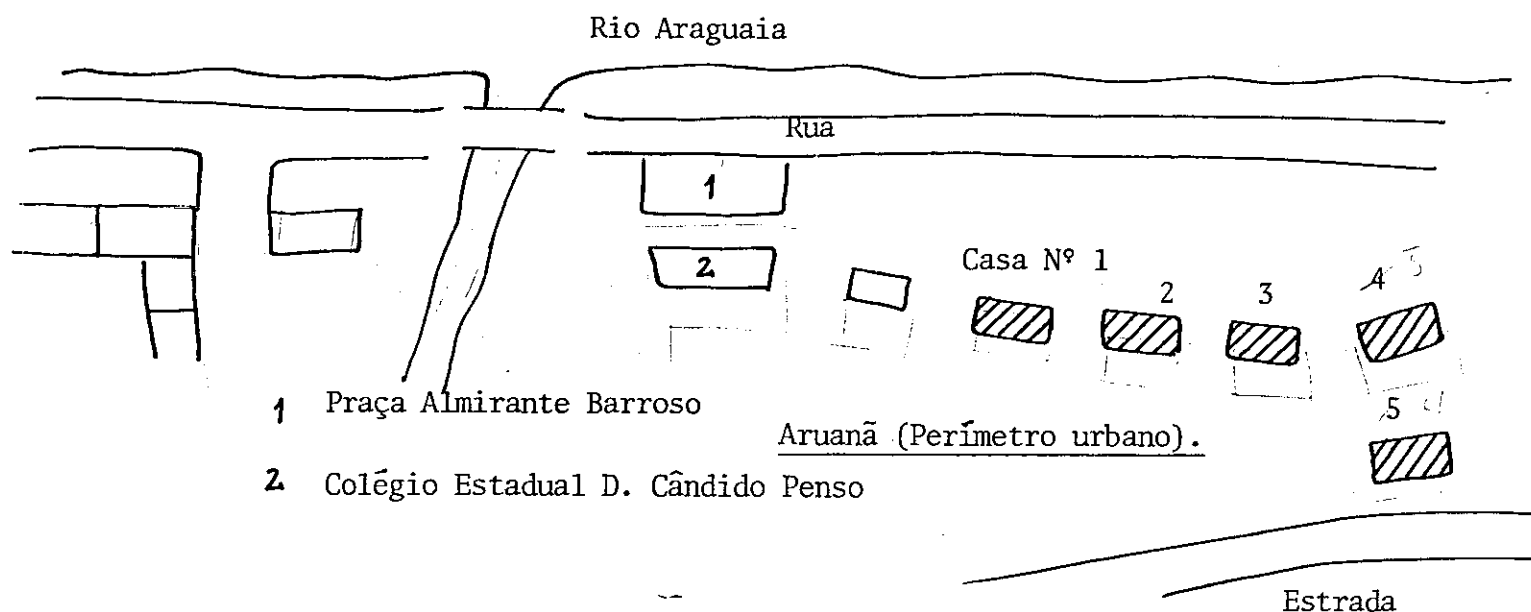


Fig. 1 - Esquema da aldeia Karajã de Aruanã (janeiro 1980).

Logo ao lado da casa Nº 5 será construída a Pousada do Rio Quente, um clube ou hotel para os turistas que frequentam as praias do Araguaia no verão. Com um previsível aumento do turismo na área é também previsível o aumento da especulação imobiliária : o grupo está ameaçado de perder a exígua área que ainda ocupa atualmente. Toda a área de ocupação tradicional pelo grupo foi ocupada dada a inexistência de qualquer apoio governamental ao grupo para a manutenção de suas terras. No local aonde existia o cemitério foi (2 km rio abaixo) foi construída uma casa. Hoje, os Karajã de Aruanã enterram seus mortos junto com a população brasileira no cemitério da cidade. O local aonde tinham suas roças, na margem oposta do rio, em frente à faixa aonde vivem, foi negociado de forma irregular pelo chefe do grupo com um fazendeiro em flagrante contradição com o que diz o Estatuto do Índio (8). Atualmente o local aonde tinham suas roças está sendo disputado entre um grupo do Paraná e um fazendeiro da região. Desde a época desta negociação ilícita, ocorrida há cinco anos atrás, os índios de Aruanã se vêm impedidos de botar suas roças no local aonde, desde tempos imemoriais, as mantinham.

São obrigados desta maneira a adquirirem os produtos, que antes produziam nas suas roças, no mercado regional. Para arranjar o dinheiro de que necessitam para comprar produtos da roça (a mandioca, o arroz, o milho, a banana, etc.) e outros artigos que se tornaram indispensáveis (como tecidos, roupas, óleo, sal, açúcar, café, etc.) os Karajã de

Aruanã dependem basicamente do artesanato, da pesca e prestando serviços de guias ou pescadores aos "caravaneiros" (turistas de Goiânia, Anápolis, etc.) que visitam a região no verão.

O artesanato é feito de maneira intensiva : desde as primeiras horas da manhã até que o sol se ponha as mulheres, principalmente, se dedicam a fabricar os artigos que serão vendidos a turistas ou a comerciantes da cidade de Aruanã. Dada a quase total inexistência da FUNAI como compradora de artesanato os índios se vêm na contingência de vendê-lo a comerciantes dos quais dependem para a compra de produtos alimentícios. O sistema de venda de artesanato, na época e segundo o relatório do Dr. Joao Paulo Botelho, a comerciantes locais os colocava na dependência dos chefes políticos locais, que controlavam não só as lojas de venda de artesanato indígena mas o crédito dos índios que se viam obrigados a comprar e vender em determinadas lojas e armazens. O artesanato é vendido aos turistas através dos já citados pontos de venda ou diretamente na casa dos índios.

Acrescente-se a isso a grande dificuldade que os índios enfrentam em conseguir a matéria prima necessária à confecção do artesanato (taquari, penas de pássaros, urucú, madeiras adequadas, etc.), que começa a rarear na região . A situação chega a paradoxos : na época da visita do Dr. Joao Paulo Botelho Vieira Filho os índios tinham que comprar de caçadores as penas de que necessitavam para fazer artesanato.

Empregando-se como guias às caravanas de pesca, caça ou turismo simplesmente, os Karajá também conseguem algum dinheiro. Os longos períodos em que o homem Karajá passa longe da aldeia guiando as caravanas não são as únicas consequências dessa ocupação : o contato com os caravaneiros, em geral indivíduos dispostos a longas cachaçadas e à pesca e à caça inconsequentes, traz alguns vícios. O mais grave é o de beber pinga. No ano passado (1979), o índio Crispim depois de beber muito com turistas para quem trabalhava, tentou voltar bêbado para a aldeia : a canoa virou e ele morreu afogado. Sua mãe, desolada com a morte do filho, parou de fazer o tratamento de TB a que estava se submetendo e desejava morrer.

Incapazes de proverem seu sustento através das atividades em que tradicionalmente eram especialistas (como prático do rio e artesanato) os Karajá tem que se oferecer no mercado regional como qualquer peão ou mão de obra não especializada da região. Na casa Nº 3 : Mario Warumãni trabalha como servente em construção civil em Aruanã há aproximadamente dois anos. Na casa Nº 5 : Wadoi trabalha na roça de um morador de Aruanã que vive perto da aldeia.

O turismo, como já foi dito, representa atividade altamente desagregadora para os Karajá : em hotel das Cangas (no lago de mesmo nome) vive uma família de Karajás liderados pelo índio Savarú. A proximidade com esse centro de turismo reflete a importância do turismo para a subsistência dos Karajá de Aruanã.

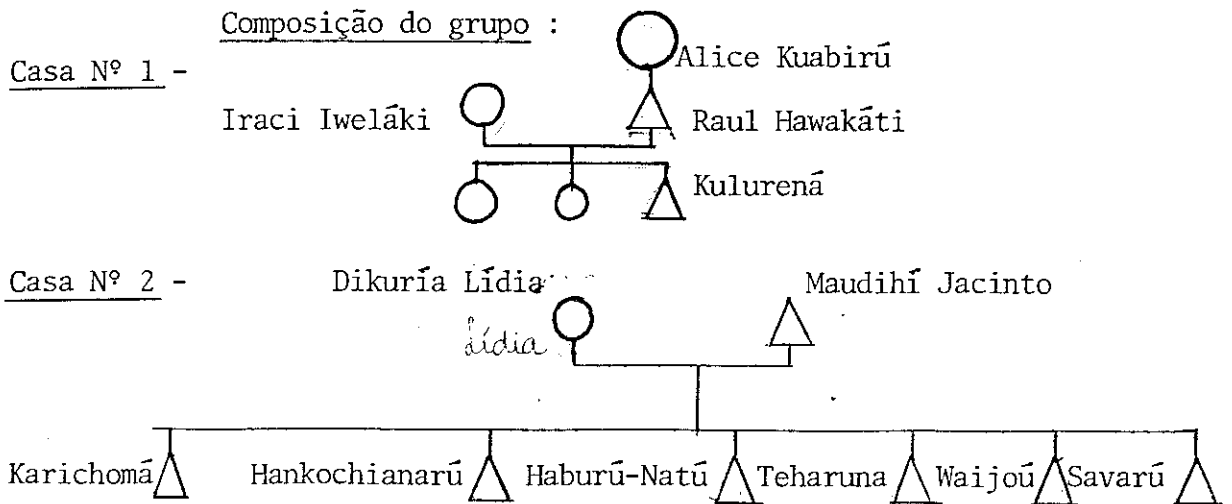
Com quase oitenta anos de convívio com a população brasileira os Karajá contraíram diversos vínculos com a população regional. Há diversos compadres e afilhados entre brancos e índios. Como na casa Nº 3 (Ver foto) onde o filho de Warumaní é afilhado de "Branquinho", regional de Aruanã. Há também diversos casamentos inter-étnicos : na casa Nº 4 Nicolau Kawinã é casado com Natali, cearense. Na casa Nº 5 Irací é casada com "Paulista" (não moram na aldeia).

Diante dessa situação em que a omissão do órgão oficial (FUNAI) expõe o índio a toda sorte de elementos desagregadores, na sua maioria configurados pela total expoliação a que o grupo foi submetido pelo contato indiscriminado com a nossa sociedade, o alcoolismo grassa como que atestando a situação de desespero psíquico em que o grupo se encontra, conforme o relatório do Dr. Joao Paulo Botelho. Em fins de 1978 uma índia jovem tentou o suicídio tomando grande quantidade de formicida. A pinga entra na aldeia livremente dada a total inexistência da FUNAI na área. As mulheres não bebem, bebem somente os homens.

A FUNAI na área se manifesta unicamente com a compra ocasional (em datas incertas e não sabidas) de artesanato ou com o fornecimento de tratamento de saúde aos índios que conseguem dinheiro para se locomoverem a Goiânia e Brasília. Se não tiver o dinheiro para pagar a passagem o índio morre à míngua pois a FUNAI não fornece dinheiro para o transporte.

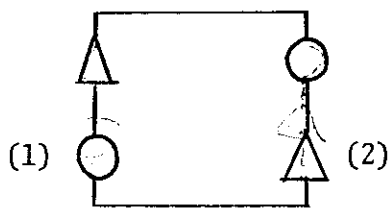
A única fonte de assistência médica de que os Karajá e a população regional dispõem (9) é através da Missão Adventista do Sétimo Dia que com o barco "Luzeiro do Araguaia" presta assistência médica, dentária e de vacinas. Essa assistência, esporádica e não específica esta longe de satisfazer às necessidades do grupo. Menos por má vontade por parte dos Missionários que pelas particularidades da história da Missão Adventista no Araguaia e de seu relacionamento com os índios e a FUNAI, os Missionários não tem condições de prestar a assistência adequada ao grupo indígena (10).

Segundo o relatório do Dr. Joao Paulo Botelho, há no grupo tres mulheres e um homem em acentuado estado de desnutrição, além de cinco casos suspeitos de TB. Apesar da grande incidencia de TB e a natural vulnerabilidade do índio a este tipo de mal, nenhum índio do grupo foi vacinado contra a tuberculose .





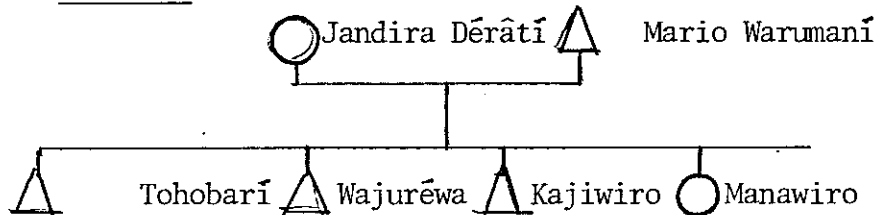
Observação : Dikuríã (1) e Maudihi (2) são primos em 1º grau :



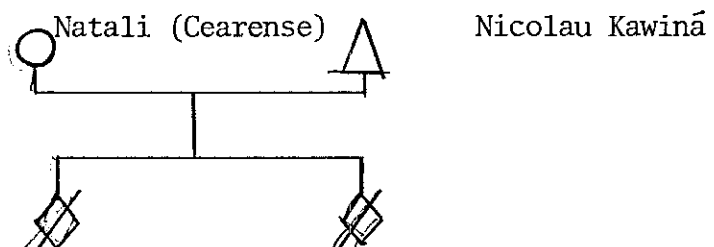
Maudihi é o atual chefe da aldeia. O pai de Dikuríã, segundo o que me foi relatado era também o chefe da aldeia de Aruanã (Bur-dine). O casamento dos dois me parece uma forma de manter a chefia na família.

É interessante anotar também que o único filho legítimo de Dikuríã e Maudihi é Hankochianarú, sendo todos os outros de "criação".

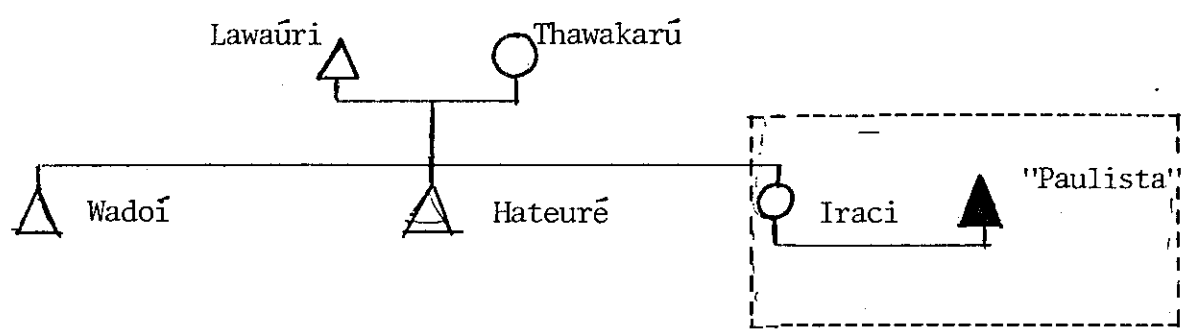
Casa Nº 3-



Casa Nº 4 -



Casa Nº 5 -



Observação : Iraci e seu marido "Paulista" não vivem em Aruanã.

População. Total :

Homens adultos :	7
Mulheres adultas :	6
Crianças masc. :	9
Crianças Femin. :	4
<u>Total :</u>	<u>26</u>

Aruanã (janeiro 1980)

Desaldeados : A família do Karajã Savarú vive no Lago das Cangas (trabalhando num Hotel de mesmo nome) Ver Pág. 6, § 2.

Iraci (Casa Nº 5).

## 2. Os Karajã de Mata Corã e Cocalinho .

Vimos, na introdução, os fatores de ordem econômica que influem para a localização dos aldeamentos Karajã. Há também outros fatores vistos na introdução que explicam a permanência de pequenos grupos ou famílias que apesar do intenso intercâmbio social com as aldeias maiores (na área compreendida são Luís Alves e Aruanã) preferem muitas vezes permanecerem nos locais de origem, apesar deste estar totalmente ocupado pelo homem branco e viverem isolados dos restantes dos Karajãs das outras aldeias.

Mata Corã é o nome de uma ilha que existe no Araguaia a aproximadamente meio caminho entre Aruanã e Cocalinho (vila). Defronte à ilha, na margem goiana do Araguaia vive a família do Karajã Luís Bedí e sua esposa Waldice. A esposa de Bedí, Waldice, segundo o que me foi relatado pelos de Aruanã, é cigana.

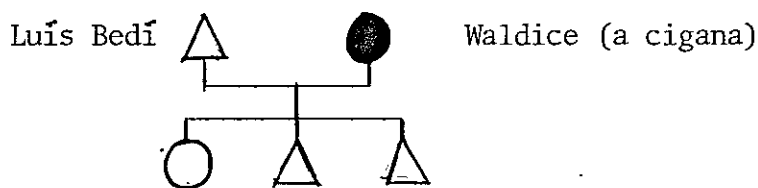
Cocalinho é uma vila situada a aproximadamente 60 km , rio abaixo, de Aruanã. É localizada na margem matogrossense do Araguaia. Como em Aruanã, os Karajã de Cocalinho vivem junto com a população regional: uma casa no estilo da região na extremidade da vila defronte ao rio.

Constituem os principais meios de subsistência do Karajã de Mata corã e de Cocalinho : o artesanato, o turismo e a pesca (aqui praticada muito mais para consumo próprio que para a venda). Note-se a ausência ou antes a impossibilidade da atividade agrícola pela inexistência das terras, que foram ocupadas.

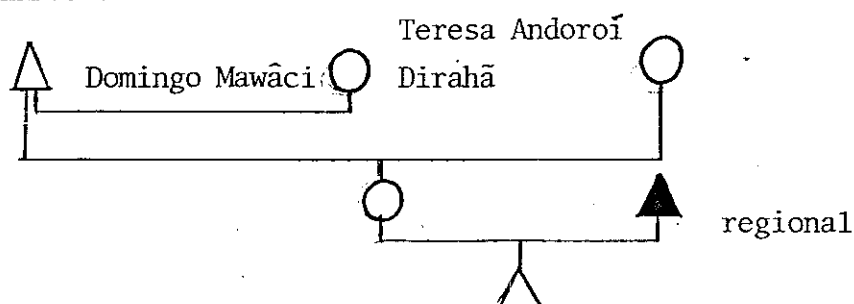
Apesar do número relativamente alto de casamentos inter-étnicos ( um por família) o Karajã é a língua falada por essas mesmas famílias, usando-se o português somente na comunicação com os brasileiros. É de notar que também em Mata Corã o idioma falado em casa é o Karajã e que a esposa de Bedí o fala com perfeição.

### Composição do grupo :

#### a) Mata Corã :



#### b) Cocalinho :



2. Os Karajá de Mata Corá e Cocalinho (cont.)

População. Total :	Mata Corá	Cocalinho		
Homens adultos :	1	1		
Mulheres adultas :	-	3		
Crianças masc. :	2	1		
Crianças femin. :	<u>1</u>	<u>-</u>		
<u>Total :</u>	4	+	5	= 9

Os Karajá de Mata Corá e Cocalinho não recebem qualquer assistência por parte da FUNAI, que nem ao menos compra pequena parte de seu artesanato, único sinal de sua presença em Aruanã. A única assistência médica de que dispõem é a que é dada pela Missão Adventista e sua lancha "Luzeiro do Araguaia" que percorre as vilas ribeirinhas do Araguaia prestando assistência à população em geral.

O casamento da mulher mais jovem, a única disponível para casamentos, de Cocalinho, com um regional da mesma cidade é demonstrativo do convívio social intenso que mantêm com a população ribeirinha e a preferência do marido branco ao índio reflete, por parte da mulher Karajá, o desejo de se conseguir um conjuge e um casamento mais estáveis do que teriam com um homem Karajá, sempre mais sensíveis à influencia nociva da pinga.

3. Os Karajá de Porto Luís Alves (Tantê-hekam mahadû).

Descendo-se o Araguaia a partir de Cocalinho o primeiro aldeamento de Karajás que encontraremos será o de Porto Luís Alves (Ver Mapa 1). A cidade de Porto Luís Alves consiste numa rua paralela ao rio com casas modestas nos seus dois lados. Duas ou tres casas de comércio forte constituem o centro das transações economicas da vila. Possui uma escola de 1º grau e uma Igreja da Assembléia de Deus, que não realiza cultos por falta de pastor.

Apesar de sua aparencia modesta a "cidade" de Porto Luís Alves tem uma importancia significativa na região. Durante quase todo inverno (estação das chuvas : fim de setembro a início de abril) todo o tráfego de mercadorias Araguaia abaixo é feito por seu intermédio. De lá são os barcos e os barqueiros que fazem a linha Porto Luís Alves a São Félix do Araguaia (Ver Mapa 1).

A maior parte das mercadorias se dirige a São Felix do Araguaia, Santa Teresinha, Luciara, Santa Isabel do Morro, Caseara e Barreira do Campo. Com a impossibilidade de se atravessar a Ilha do Bananal as cidades e vilas situadas na margem do Araguaia (naquela região próxima à Ilha do Bananal) só podem ser ligadas à Belem-Brasília por barco até Porto Luis Alves e daí por estrada de terra até a Belém- Brasília (via São Miguel do Araguaia).

Toda a mercadoria proveniente dos grandes centros : seja farinha de Belém ou produtos manufaturados de Goiânia e do Sudoeste do país só pode ser transportada por terra até Luís Alves. Daí segue por barco para os centros consumidores ribeirinhos.

No verão o movimento de barcos é menor : seja pelas próprias condições de navegabilidade do rio (que são reduzidas no verão dada o grande número de bancos de areia no Araguaia), seja porque nessa época a rede de estradas vicinais, ainda não consolidadas, são trafegáveis. É também grande o número de fazendeiros e moradores do Mato Grosso que atingem a margem matogrossense e a estrada que prossegue através de Porto Luís Alves e de seu serviços de balsa ou canoas.

No verão Porto Luís Alves é um dos principais pontos de turismo do Araguaia. Descendo-se alguns km o Araguaia, a partir de Luís Alves, X chega-se ao "Chapéu de Palha" hotel veraneio para turistas de ~~verão~~. Como este, diversos hotéis de luxo pontilham às margens do Araguaia de L. Alves a São Félix do Araguaia.

O aldeamento de L. Alves (em Karajá : Tanté- hekam) fica em frente à cidade ou vila referida, na margem matogrossense do Araguaia. São ao todo tres famílias vivendo na margem matogrossense e uma vivendo junto com a população regional na margem goiana, dentro da cidade.

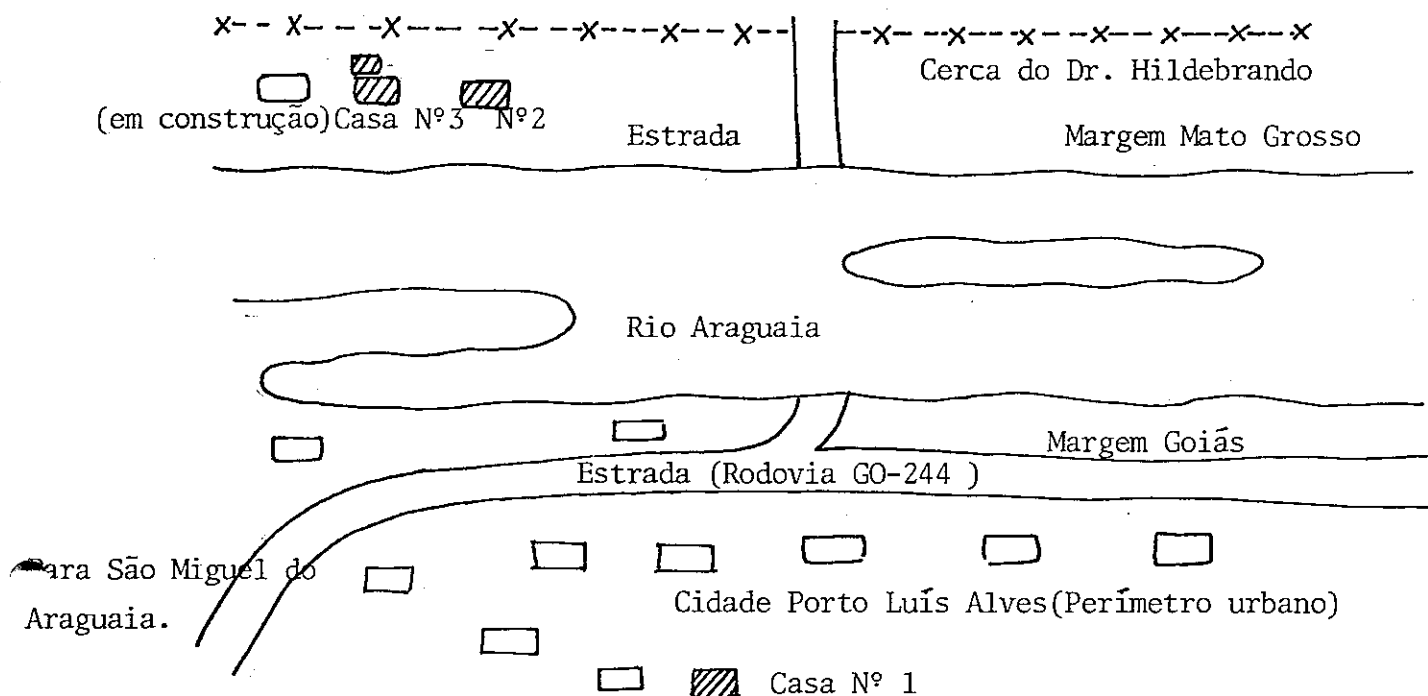


Fig. 2 - Esquema da aldeia Karajá de Porto Luís Alves (janeiro 1980).

Os Karajá de L. Alves apresentam algumas particularidades quanto à composição interna do grupo. A maioria esmagadora dos índios que lá vivem não são Karajás e sim Javaés da Ilha do Bananal. Esses Javaés subiram o rio chegando ao local em 1968. Na época o local era habitado somente por famílias Karajá das quais apenas uma subsiste (é a família de Ixandearí (casa N° 1) e Uathirú, filha de Unawarí que conforme veremos adiante são por sua vez originários de outras aldeias atualmente extintas.



O antigo local da aldeia é o local atualmente ocupado pela cidade Porto L.Alves . Com a ocupação do antigo local de aldeamentos pela população brasileira, transferiram, os índios, a aldeia para a margem oposta (Tanté-hekam - o nome da aldeia de L.Alves é referente não ao local onde a aldeia se localiza atualmente mas onde se localizava anteriormente). Na margem goiana todavia vive uma família, a de Ixandearí, que são Karajás.

O local do aldeamento atual (na margem matogrossense) é muito inferior ao que ocupavam anteriormente. No inverno (estação das chuvas) toda a região vizinha às casas bem como o local aonde os índios insistiam em botar suas roças é tomado pelas águas. A plantação apodrece antes de poder ser colhida. A única cultura possível é a melancia. A existencia de uma cerca da fazenda de um certo Dr. Hildebrando impede-os de botarem suas roças mais para o interior ou em locais a salvo das águas da enchente. Já tiveram, no passado, atritos com o referido fazendeiro que "pelejou" para desapropriar os índios do estreito lote que ocupam atualmente. A cerca do Dr. Hildebrando confina os índios a um estreito corredor, inaproveitável para fins agrícolas, e limitado pelo outro lado pelas margens do Araguaia.

A uns 50 m da casa Nº 2 passa uma estrada que leva às fazendas do lado do Mato Grosso. Existe uma balsa que faz o transito de veículos e de boiadas de uma margem à outra. Como se disse anteriormente o meio mais fácil para escoar a produção agro-pecuária da região do Mato Grosso no inverno (dada a impossibilidade de se alcançar Barra do Garças por terra) é através de Luís Alves e daí por terra até a Belém Brasília. A estrada ( GO-244 ) que liga L. Alves a São Miguel do Araguaia foi recentemente ampliada e aterrada com o objetivo de ser trafegável inclusive no inverno.

Os Karajá e Javaé de P.L.Alves subsistem basicamente através da pesca, do turismo ou de pequenos serviços como cuidar de tropas (veremos adiante). A pesca, principal atividade desse grupo é feita numa extensa área melhor dizendo um roteiro que permanece inalterado através dos tempos, na medida ao possível. Os Karajá que moram em L.Alves como Unawarí (Casa Nº 1) são originários de antigas aldeias, no caso a aldeia (hoje inexistente) da barra do rio Crixás (Ver Introdução). Segundo Unawarí eles viviam na margem matogrossense , aonde mantêm atualmente um ranchinho que utiliza quando lá vai pescar. Ainda segundo Unawarí ele morou no local até que sua mulher, que era forte e gorda, pegou malária, definhou e morreu. Desgostoso, Unawarí mud<sup>ou</sup>-se para Tanté-hekam. Segundo soube, os Karajá que lá permaneceram tiveram, posteriormente, atritos com um fazendeiro que conseguiu finalmente expulsar os índios do local. Os Karajá de

(Cont.) de Porto L.Alves tem não só este ponto de pesca na barra do rio Crixás mas muitos outros, num complexo roteiro que varia conforme a estação do ano. Reproduz, este roteiro de pesca não só a ocupação tradicional do território mas um mapa da localização das antigas aldeias e arranchamentos primitivos. Apesar da ocupação total de seu território pelo branco os Karajá ainda frequentam, na medida do possível, seus antigos roteiros de pesca, marcos de sua presença primeira no Araguaia.

O produto da pesca e do artesanato é vendido a comerciantes, donos de pensões ou aos turistas e aos moradores de P. L.Alves. Da mesma maneira que os de Aruanã os Karajá de P.L.Alves não podem contar com a FUNAI para a compra de artesanato o que se revela como elemento altamente nocivo para os índios posto que o coloca na dependencia de comerciantes inescrupulosos que não raro incluem nas trocas, por artesanato ou pesca, a pinga. Esta é vendida livremente aos índios nos bares de P.L.Alves. Empregam-se como todos os outros Karajás como guias às caravanas que percorrem o Araguaia no verão. Alguns dos efeitos de tal ocupação já foram analisados anteriormente e a semilitude das situações de Aruanã e P.L.Alves dispensa a repetição do que já foi dito. Os que vivem na margem matogrossense tem também uma outra possibilidade de conseguir algum dinheiro : cuidam das tropas dos vaqueiros que atravessam o rio para P.L.Alves e que desejam deixar a mesma margem matogrossense. A casa de Crumahíra, o chefe do grupo, está, por esta razão, sempre atulhada de arreios, selas e demais petrechos que são guardados pelos vaqueiros em sua casa.

Em grande parte como resposta ao problema da pinga na comunidade se explica a existencia, entre os Karajá de L. Alves, de um crente fervoroso, Crumahíra, o chefe do grupo. Os Karajá de L. Alves reagem ao contato cotidiano com a população regional adotando, ou sentindo a necessidade de adotar para o seu trato com essa população diversos elementos que nivelariam, ao entendimento do Karajá, essas relações. Tenham elas o caráter de trocas economicas ou sociais.

A inexistencia de uma conscientização a respeito do problema pinga dentro do grupo local de L.Alves leva à procura, no mundo do branco, de grupos de solidariedade que lhe permitam de uma certa maneira a encarar não só este problema mas muitos outros, decorrentes da sua convivencia cotidiana com a população regional bem como problemas que brancos e índios enfrentam juntos, na subsistencia e na relação com o meio natural.

A respeito da adoção da religião cristã e a popularidade dos cultos protestantes entre os Terena de Mato Grosso Egon Schaden dirá o seguinte : "Graças ao predomínio do Catolicismo na população brasileira da área, a aceitação de credo católico tende naturalmente a favorecer a aquisição de um *status* superior perante os brancos em geral. Por outro lado, as prescrições mais rigorosas a que estão sujeitos os protestantes, entre elas a de se absterem de bebidas alcoólicas, conferem-lhe maior união e auto-respeito" (11) A afirmação é válida no caso de L. Alves se aplicada e restrita ao chefe do grupo, Crumahira, de resto sempre descrito como honesto e muito religioso tanto pela população regional como pelos demais Karajá do Araguaia. Para Roberto Cardoso de Oliveira a entrada na órbita de influencia de missionários protestantes indica que os Tukúna " aceitaram aparentemente a conversão como um meio de integração social na comunidade neo-brasileira ". Não como uma forma de afastamento da condição tribal e de aproximação com o mundo dos brancos, no qual estão há muito economicamente integrados, mas como "a possibilidade de relações simétricas com a sociedade nacional"(12).

Entre os Karajá de L. Alves o contato cotidiano que mantem com a população brasileira leva-os a procurar, no mundo do branco, as amizades , as relações de solidariedade, relações de compadrio, grupos de apoio (como o conjunto de crentes da Assembléia de Deus) enfim todo um conjunto de relações sociais que fará os Karajá não só adotar novas formas de relacionamento social mas efetivamente contar com essas relações para se garantirem espaços de reivindicações (13), aliados nas suas lutas (como na época em que o fazendeiro tentou expulsá-los do local aonde vivem), retidão nas trocas economicas, grupos de solidariedade para o problema da pinga, mas principalmente, reconhecimento social. Irmanados à população regional em muitas das condições de vida os Karajá buscam reconhecimento social participando dos mesmos canais de solidariedade social e participação política abertos a essas camadas sociais com as quais convivem. É interessante notar que, se no passado, o número de crentes já foi maior que no presente, atualmente o único crente é Crumahira, o chefe do grupo. Longe de ser acidental esta associação entre chefia do grupo e filiação a Assembléia de Deus é para mim muito expressiva : Crumahira, o chefe, é aquele que afirma sua chefia não só junto aos Javaé e Karajá enquanto líder de uma dissidência familiar, mas também junto aos brancos, participando de suas instituições sociais como Karajá, chefe do grupo de Luís Alves e pai de família.

Outro canal altamente valorizado para se dominar certos códigos do branco é o da educação formal. Uma das razões a mim mencionadas da vinda a L. Alves seria a proximidade com escolas. De fato, o Karajá dá muito valor à educação, sabendo alguns homens ler e escrever razoavelmente.

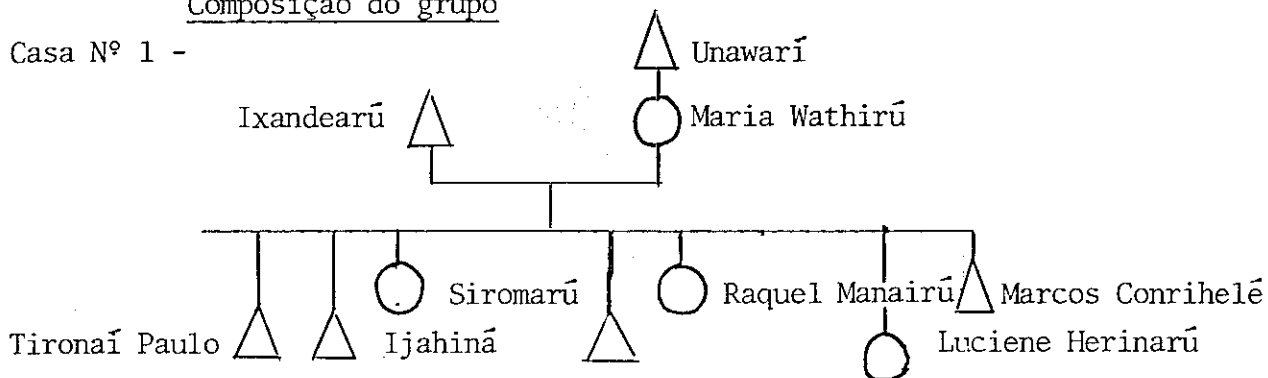
Na casa Nº 1 uma menina de nome Siromarú, com 10 anos de idade estuda no bairro Padre Bernardo, perto de Brasília, sendo criada por uma família de caravaneiros. Como veremos adiante (em Luciara) é relativamente frequente a criação de crianças Karajã por famílias amigas. Implica na impossibilidade ou dificuldade de muitas vezes os pais criarem os filhos.

O Karajã e Javaé de L. Alves, como disse anteriormente, mantém intenso intercambio com Karajãs (de Aruanã, Cocalinho e Mata Corã, além de outros agrupamentos maiores da Ilha do Bananal) e Javaés (também da Ilha, principalmente da aldeia Canoanã no rio Javaés). Os últimos mais frequentemente que os primeiros conforme atesta não só a composição do grupo, na sua maioria Javaés que subiram do Bananal até L. Alves, mas os casamentos ou uniões havidas entre as mulheres jovens e solteiras do grupo. Na casa Nº 3 Nawã e Kabianarú estiveram até pouco tempo casadas com Javaés de Canoanã : Mábio e Djolohinã. Não há nesse grupo casamentos inter-étnicos.

Todos falam o Karajã. O Portugues é falado apenas pelos rapazes e homens adultos . As mulheres e crianças de ambos o sexos não o falam. A família que mora na cidade (Casa Nº 2) de L. Alves usa-o cotidianamente e dentro de casa. Nessa casa é falado por crianças de ambos os sexos o que não ocorre nas famílias que vivem na margem oposta que não tem um contato tão frequente com a população regional como os da cidade.

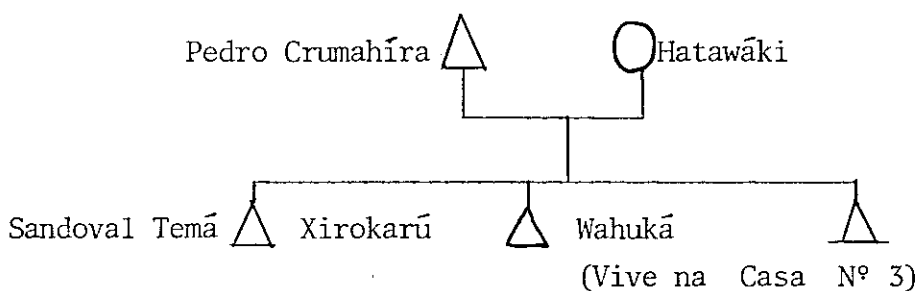
Composição do grupo

Casa Nº 1 -



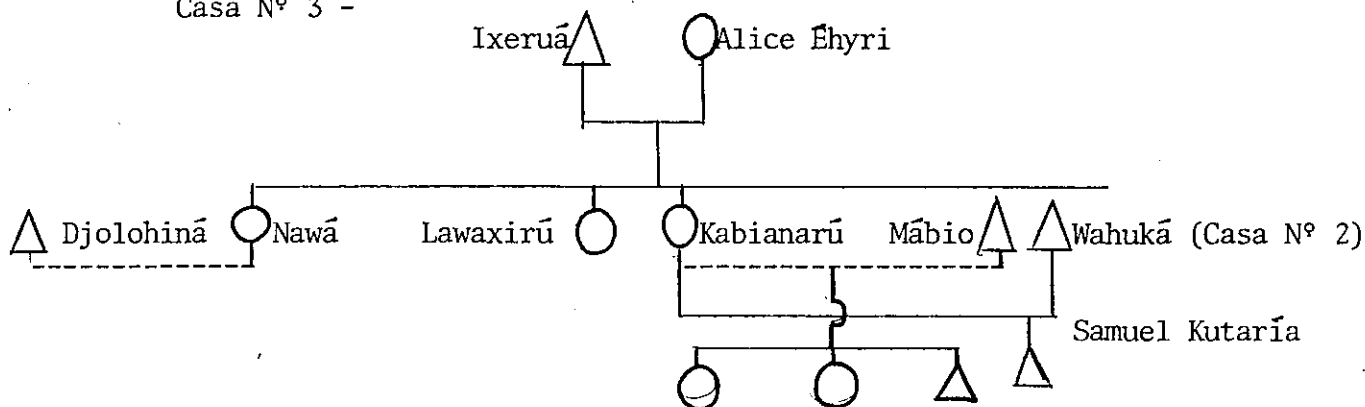
Observação : Essa família reside em Porto Luis Alves, juntos à população brasileira. Separados portanto das outras famílias que vivem na margem matogrossense (Casas Nº 2 e 3).

Casa Nº 2 -





Casa Nº 3 -



Observação : O padrão de residencia Karajã se apresenta aqui representado : o jovem marido (Wahukã) deve morar na casa do sogro (Ixeruã) até sua mulher tenha o primeiro filho e o casal consiga certa autonomia economica (roça própria, canoa, etc). Na época que visitei a aldeia (janeiro de 1980) estava se construindo ao lado da Casa Nº 3 uma nova casa, a antiga ficaria para o casal referido.

População. Total :

	Homens adultos :	6
	Mulheres adultas :	7
	Crianças masc. :	6
	Crianças femin. :	5
P.L. Alves 1980	<u>Total :</u>	<u>24</u>

Desaldeados : Siromarũ (Casa Nº 1) estudando no Bairro Pe. Bernardo, perto de Brasília.

#### 4. Os Karajã da Barreira da Mirindiba (Barreira de Irã).

Descendo o Araguaia a partir de Luís Alves, num dos numerosos barcos que ligam L.Alves com São Félix do Araguaia, vamos passar pelo ponto em que o rio Araguaia se divide (dando origem a seu braço oriental, o rio Javaés - formadores da Ilha do Bananal). Barreira da Mirindiba fica na margem goiana do Araguaia, já dentro da Ilha do Bananal, aproximadamente há uns 20 km da ponta sul da mesma. Dentro dos limites, portanto, do Parque Indígena do Araguaia.

Barreira da Mirindiba é o nome da fazenda de criação <sup>de gado</sup> ali instalada. A fazenda é de propriedade do comerciante Mamédi, de Porto L.Alves. Mamédi é um dos principais compradores de artesanato e pescado dos Karajã de L.Alves. Não há, no entanto, nenhum relacionamento entre o vaqueiro do comerciante Mamédi e os Karajã da Mirindiba, como veremos adiante.

São em número de 25 os Karajá da Barreira da Mirindiba. Constituem na verdade uma só família extensa como se vê pelo esquema familiar abaixo :

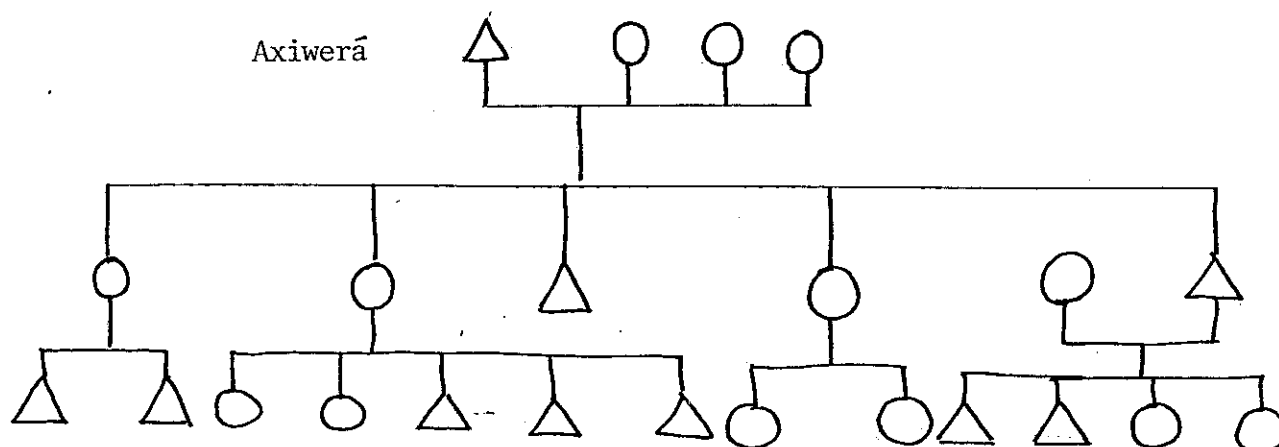


Fig. 3- Esquema familiar dos Karajá da Barreira da Mirindiba.

A composição do grupo doméstico limita-se no entanto a uma família nuclear por casa (conforme se vê na composição do grupo por casa). Das tres mulheres de Axiwerã (ou Cachoeira) da casa Nº 1 apenas uma delas vive com ele. Uma delas, Mandica Niwerã , vive junto com seu filho Toninho Kobihetí em frente da barra do rio Cristalino, junto com a família do mesmo (na margem goiana do Araguaia). A outra mulher vive junto com as filhas na Barreira da Mirindiba. A barra do rio Cristalino fica a aproximadamente uma légua (6 km) da Barreira da Mirindiba, descendo-se o Araguaia.

As filhas de Axiwerã apesar de não terem mais marido, moram sôzinhas com os filhos, hoje já crescidos, em tres casas vizinhas à de Axiwerã.

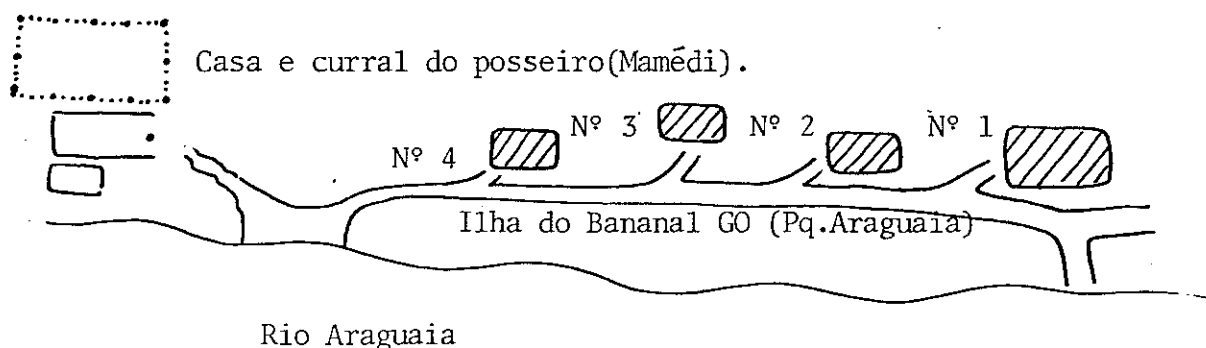


Fig. 4- Distribuição das casas Karajá em B. da Mirindiba 1980.

A casa de Axiwerá é a única casa que possui cobertura lateral de palha. Todas as outras são muito precárias não apresentando sequer proteção lateral. Muitas delas tem o telhado completamente destruído não oferecendo qualquer proteção à chuva ou ao vento. Sem homem para ajudar em casa, as filhas de Axiwerá fazem o trabalho do homem e da mulher : vão à roça, fazem artesanato, pescam muito com anzol, dividem tarefas e o escasso produto de seu trabalho.

As 4 casas dos Karajá da Mirindiba estão localizadas a menos de 50m da casa do vaqueiro e do curral do comerciante Mamédi. Como se disse anteriormente apenas a família de Kobihetí vive separada das demais na Barra do rio Cristalino ( casa Nº 5 ).

São originários, os Karajá da Barreira da Mirindiba, da aldeia de Bur-dine (Aruaná) encontrando-se também no local uma senhora Javaé da aldeia Canoanã. Está refugiada. Seu filho, Wakarí, matou no ano passado um antigo chefe da referida aldeia, Zézinho Socoí. Depois do crime, ocorrido numa briga onde havia muita cachaça, Wakarí que era casado com a filha de Socoí teve de fugir de Canoanã. A mãe, Teresa Mahanarú, também teve que sair da aldeia, refugiando-se na Mirindiba. Espera, inutilmente, que o filho vá buscá-la. Atualmente Wakarí está casado na aldeia Fontoura (Beton-iry), onde se refugiou.

Apesar de estarem dentro dos limites legais do Parque Indígena do Araguaia e a menos de 90 km de sua sede administrativa (em Santa Isabel do Morro) os Karajá da Mirindiba não recebem qualquer auxílio por parte da FUNAI e enfrentam sérias dificuldades para subsistirem. As suas roças são pisoteadas pelo gado não só do referido vizinho mas pelo gado de muitos outros posseiros da região. As cercas, colocadas com muito esforço pelo grupo, não resistem ao gado nem à prepotência dos posseiros. A indiferença da FUNAI é total : seu papel na área é limitado à cobrança de impostos dos posseiros (aluguel de pasto, por metro de arame esticado e por metro quadrado construído). Não só a FUNAI não faz nada pelo índio como ainda ganha dinheiro daqueles que exploram e oprimem o Karajá da Mirindiba. A FUNAI não fornece assistência médica e nem dá aos índios qualquer garantia de posse e usufruto da terra e do rio.

O posseiro vizinho, Mamédi, já insistiu diversas vezes para que os índios deixassem o local, chegou a declarar certa feita, que só mesmo o fato de serem índios impedia-o de tomar atitudes mais radicais. O filho de Axiwerá, Kobihetí, foi falar "duro" com o vaqueiro para pedir-lhe para parar de pressionar seus pais e irmãs. Na hora o vaqueiro se retratou. Estava com medo de Kobihetí. Este é possuidor de triste fama de matador : já matou mais de uma vez e já foi, inclusive, recolhido ao presídio indígena Krenack, em MG, onde permaneceu por alguns anos.

Mas o gado continua pisoteando as roças, apesar das frequentes queixas dos índios aos posseiros. Os fiscais da caça e pesca também contribuem para tornar mais difícil a vida do índio : tomam redes, apreendem o pescado, proíbem a pesca, etc. Axiwerá tinha uma antiga licença de caça e pesca que há anos apodreceu. Atualmente, apesar de estarem em terras que por força da lei lhe pertencem, os índios da Mirindiba não podem, sequer, pescar e botar roças.

Como vimos, o papel da FUNAI na área e o de legitimar, através do imposto cobrado aos posseiros, a ação expoliadora dos últimos sobre os índios.

A própria história do agrupamento reflete o abandono a que estão submetidos : o Cachoeira (Axiwerá) e suas filhas são conhecidos no alto Araguaia. Ele, como antigo e costumeiro guia de caravaneiros e pescadores que no verão percorrem a região. Suas filhas, prostituídas logo cedo, se entregaram a barqueiros, turistas, vaqueiros, posseiros e a toda sorte de pessoa que passasse pela B. da Mirindiba. Cachoeira fazia o que podia para manter suas tres esposas e sua prole numerosa. Tendo bastante contato com os posseiros vizinhos e do interior da Ilha ele conseguiu, ao final da vida, acumular um motor Yamaha 25 hp (quebrado), 4 cabeças de gado, criação de porcos, perús, galinhas, patos, etc.

Cachoeira criou um menino branco, chamado Mantolóri que hoje é casado com mulher branca e vive em São Miguel do Araguaia. Todos os desse grupo local falam o Karajá e as crianças dominam com facilidade também o portugues.

A pinga, o vinho doce, a cerveja, tudo chega sem qualquer obstáculo, aos Karajá da Mirindiba. Seja através do turista no verão, seja através do "compadre" que mantém um modesto "comércio" a uns 500 metros da casa de Cachoeira. O mesmo já teve, anos atrás, um pequeno comércio. O verão é a melhor época pa-

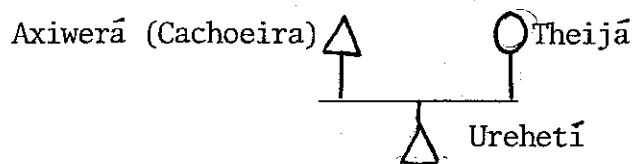
(cont.)ra os da Mirindiba : estradas que correm no interior da Ilha podem agora trazer às praias do Araguaia os muitos turistas a quem os Karajã se venderão. É através deles que os Karajã conseguem alguma coisa empregando-se como guias, pescadores, vendendo artesanato, recebendo "assistencia médica" (comprimidos Anador ou remédios com data vencida), viajando a Goiânia e Anapolis como convidados dos caravaneiros, acompanhando seus patrões e "amigos" em intermináveis cachaçadas, prostituindo-se se fôr o caso.

Quando visitei B. da Mirindiba, Cachoeira me mostrou, orgulhoso, fotos coloridas antigas e desbotadas onde apareciam ele e a mulher abraçados a um turista que os levara a Anópolis. Na foto POLAROID os tres abraçados, o branco no meio do casal, todos com uma lata de cerveja nas mãos. A mulher de Cachoeira, Theijã, está visivelmente incomodada, escorando o "amigo" completamente alcoolizado :

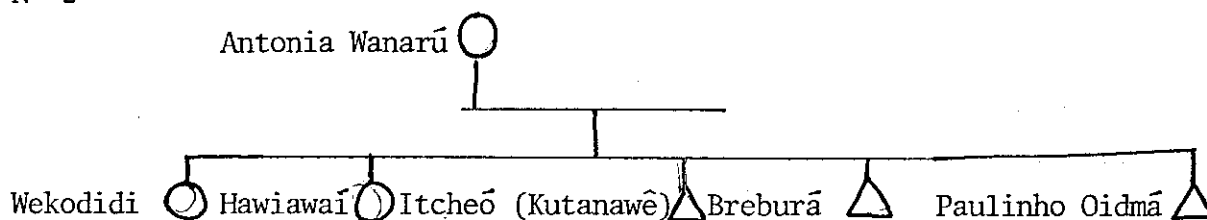
- "É o sargento M., nosso amigo" me diz Cachoeira

Composição do grupo :

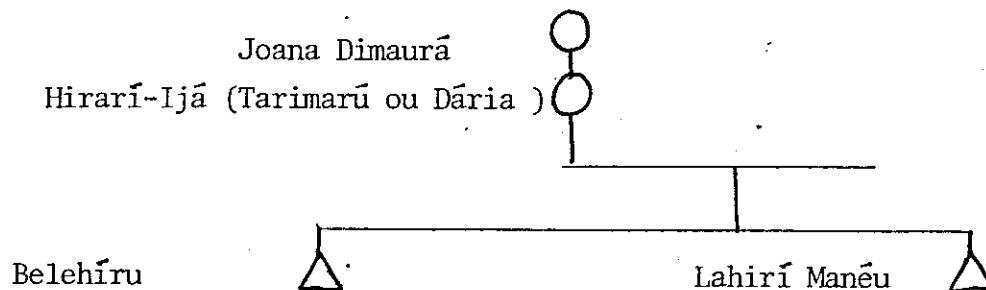
Casa Nº 1 -



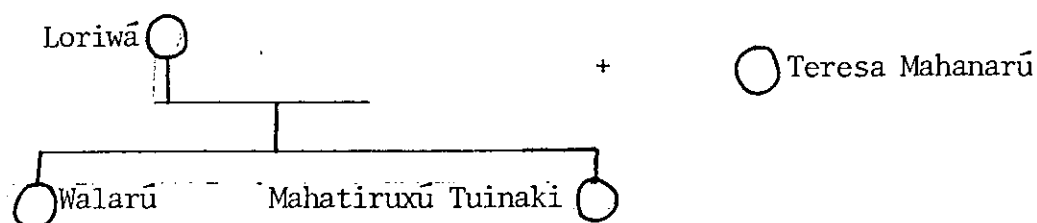
Casa Nº 2 -



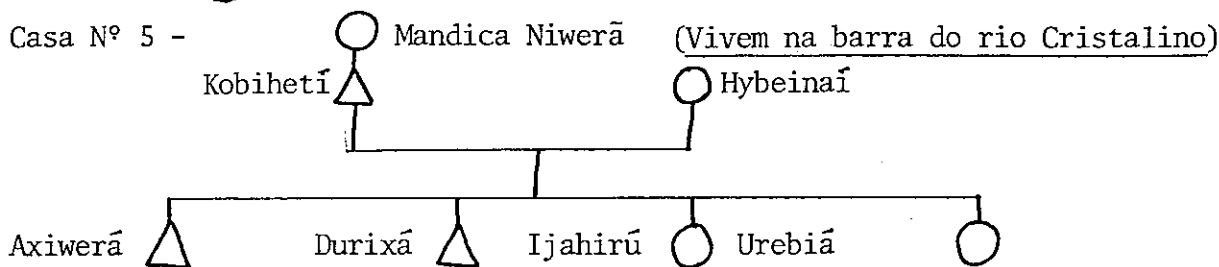
Casa Nº 3



Casa Nº 4 -



Casa Nº 5 -



População. Total :

Homens adultos :	7
Mulheres adultas :	8
Crianças Masc. :	4
<u>Crianças Femin. :</u>	<u>5</u>

B. Mirindiba 1980      Total :                      24

5. Os Karajã de Luciara (Ré-hawã mahadũ.)

A aldeia Ré-hawã esta localizada no mesmo local da cidade de Luciara (MT). A aldeia, conforme o padrão dos Karajã que vivem com ou sem o branco como vizinho, compõe-se de uma fileira de casas, aqui em número de sete, paralelas ao rio Araguaia. A aldeia é, conforme também é padrão entre os Karajã que vivem junto aos brancos, uma continuação da rua da praia da cidade de Luciara. Fica dentro do perímetro considerado urbano e fora dos quarteirões que compõe a referida rua da praia. Deveria-se dizer na verdade que a aldeia esta localizada ao lado da cidade e não junto ou dentro da mesma. Constitui-se a aldeia de Ré-hawã na maior aldeia Karajã sem assistencia da FUNAI. Não recebem também qualquer assistencia por parte da Prefeitura ou da Municipalidade de Luciara. Para a FUNAI são "desaldeados", ex-índios que optaram pela vida do branco, caboclos safados que já perderam sua cultura e, provavelmente devido à tradicional "indolencia" índia, não conseguiram se integrar (embora tenham se tornado marginais)... Para a Prefeitura de Luciara eles ainda são índios, portanto de responsabilidade da FUNAI. Nesse jogo de responsabilidades, onde nenhuma instituição lhe dá um apoio efetivo, o índio e seus direitos são abandonados.



Vimos, na Introdução, a diferença existente entre locais de arrançamento e de locais de aldeamentos ou de aldeias permanentes. Ré-hawá é uma aldeia atualmente com 65 habitantes. É resultante da fusão de duas aldeias existentes antes da chegada de Lúcio da Luz, o fundador de Luciara. Como veremos a história da aldeia ou das aldeias da região esta muito ligada com a história da cidade de Luciara.

Originariamente (antes da chegada do branco no local, na década de 30) havia em Luciara duas aldeias. Uma, a do pai de Zezão Waihoá chefe da atual aldeia, sempre foi no local onde atualmente existe. No inverno, ou na estação das chuvas refugiavam-se numa alta barreira de pedra existente a alguns quilômetros (3 ou 4) subindo-se o Araguaia na margem Matogrossense a partir de Luciara. Esta barreira de pedra é chamada Ré-hawá, significa, em Karajá, o nome do pássaro Martim Pescador que existe em grande quantidade no local. O local é também chamado "Morro do Padre" porque no passado os Missionários Dominicanos construíram lá uma casa (que já não mais existe). A segunda aldeia era localizada em local chamado Mato Verde, antigo nome da região de Luciara. No inverno também se refugiavam numa barreira perto de Luciara, descendo-se o Araguaia. Creio que Mato Verde era logo encostado à atual cidade de Luciara.

Lucio da Luz, o fundador, chegou em Mato Verde no início da década de 30. Segundo o que me foi informado por Waihoá morava em Mato Verde na época o índio Handorí ou Manuel Joaquim. "Amansado" por Lúcio da Luz, Handorí que era o chefe do grupo (na época em que os índios ainda eram "bravos" e não sabiam falar português) concordou em trocar o local aonde viviam, Mato Verde, pelo local denominado São Domingos (2 léguas, 12 km, subindo-se o Araguaia a partir de Ré-hawá). Ganhou, com a transação "um par de rapadura" e alguns litros de farinha, como observam com amarguras seus descendentes.

Luciara foi fundada em 10 de janeiro de 1934 pela tenacidade de Lúcio da Luz, originário de Barreira do Campo, no Pará. O local do cemitério, no entanto, continuou a ser respeitado pelos de Luciara, que ainda não podiam ocupar a totalidade do território Karajá. Os Karajá mantinham, na gleba de São Domingos, as suas roças, como de resto ainda o fazem, apesar da gleba ter sido parcialmente grilada.

O prefeito anterior de Luciara, Elídio, considerou a área como sendo terra devoluta ou não utilizada e loteou uma parte de São Domingos aos habitantes de Luciara. Um dos modestos posseiros que se instalou no local, de nome Badú, estava inseguro da justeza de sua posse : prometeu ao chefe do grupo, Zezão Waihoá, que lhe daria duas vacas e dois bois (além de porcentagem nas colheitas realizadas) em troca da permissão por parte dos índios de sua permanência no local. Nunca cumpriu o prometido.

A filha do fundador, D. Adalta, fiel ao espírito de seu pai, continuou a grilagem das terras dos índios : vendeu a barreira Ré-hawã (o "Morro do Padre") ao administrador da Colonizadora Canarana e Coopercana (?). Vendeu (e cercou) o cemitério tradicional dos índios a um grupo de fazendeiros de São Paulo. Ré-hawã hoje é chamado "Ponta Porã do Araguaia". Os índios se afligem ao ver o antigo cemitério, que era usado pelas duas aldeias, ser cercado e a sepultura de seus pais ser pisoteado pelos brancos e/ou pelo seu gado, as oferendas são avidamente devoradas pelos habitantes que se divertem com o costume Karajã de levar alimentos aos seus mortos.

O atual prefeito Sebastião Gomes de Souza mantém a situação inalterada, enquanto promete aos índios remover os posseiros de São Domingos e preservar o cemitério. Hoje os Karajã de Luciara tem que pagar pelo direito de viverem em suas terras. Antonio Kobryrã (Casa Nº 2) teve que comprar por Cr\$ 1.000,00 o direito ao lote aonde vive. O terreno cedido aos índios para viverem compreende apenas o local das casas atualmente existentes. A aldeia não pode crescer. Antonio Kobryrã como chegou posteriormente teve que comprar o seu "lote" (não há, é claro, nenhum documento comprovatório da transação). O terreno da aldeia tem aproximadamente 250 metros de comprimento (paralelo ao rio) por 50 metros de fundo (perpendicular ao rio).

Conforme foi visto na introdução, muitos dos grupos Karajã que vivem juntos com brancos são descendentes de antigas lideranças nascidas e crescidas na aldeia que, posteriormente, se esvaziaria com a chegada dos brancos. Os filhos ou netos dos antigos chefes ou aqueles que tem mortos enterrados no cemitério da aldeia são aqueles que permaneceram. Tal é o caso da aldeia de Ré-hawã onde a família de Waihoã, atual chefe e filho do chefe anterior constituem-se como o núcleo da aldeia. Constitui essa família extensa a base da atual aldeia como se vê pelo esquema abaixo :

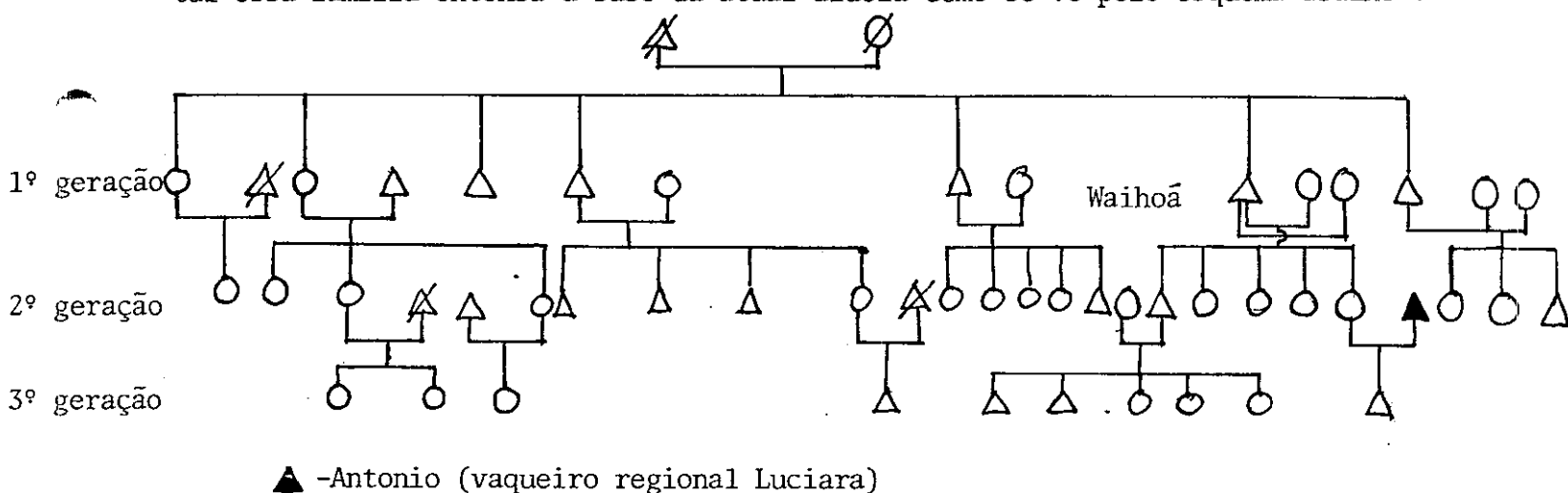


Fig. 5 - Esquema familiar básico da aldeia Ré-hawã (Luciara) em 1980.

Como me dizia Waihoã : "é uma família grande aqui, desde os tempos de papai, uma fila só (de descendentes)". A composição da aldeia variou muito através do tempo, constante mesmo só a família de Waihoã. Na década de 60 quando todos foram para a aldeia Karajã da barra do rio Tapirapê, somente Waihoã ficou em Ré-hawã. Ali ficou vivendo 6 anos sozinho (sua mulher também foi para a aldeia da barra do Tapira

pé ). O medo de perder o direito à posse da terra influenciou inclusive o regime de subsistência . Waihoá tem consciência que renunciou ao antigo regime de subsistência : era-lhes impossível passar o verão nas praias. Se se dedicassem ao antigo nomadismo que praticavam nessa época do ano para melhor explorarem o rio e seus recursos ao voltarem para suas aldeias, no princípio da estação das chuvas, encontrariam-nas ocupadas pelo branco. Conforme me dizia Waihoá : "o prefeito pegava nossa terra se a gente saía para passear nas praias (no verão)". Ou eles adotavam uma moradia na mesma aldeia o ano todo ou perderiam o direito às poucas terras que ainda ocupavam.

A aldeia de Ré-hawá é composta também por Karajás vindos da aldeia da barra do Tapirapé. A família da Casa Nº 1 veio da referida aldeia no mes de maio (de 1979) e a família da Casa Nº 3 veio da mesma aldeia no mes de agosto (de 1979). Os motivos declarados para a vinda a Ré-hawá são diversos : a família da Casa Nº 1 veio devido à maior facilidade que teriam para vender artesanato e pescado ao "torí" (branco) bem como a maior facilidade que teriam para adquirirem bens que se tornaram necessários e que tem muita dificuldade para conseguirem na aldeia do Tapirapé. Outro motivo declarado : a proximidade e a possibilidade de educarem seus filhos adequadamente nas escolas da cidade de Luciara. Argumentam ainda que o filho do chefe da aldeia da barra do Tapirapé (chefe Zê Ricardo ou Taxirimá e seu filho Sariquiná) e que é o professor da escola da FUNAI (monitor bilíngue treinado pelo Summer Institute of Linguistics - S.I.L.) não ensina nada e se recusa a dar aulas. Logicamente deve-se levar em consideração também as incompatibilidades e/ou disputas inter familiares que tornam impossível a permanencia na aldeia da barra do Tapirapé de famílias que discordem do grupo familiar dominante ( a do chefe Taxirimá). Já a família da Casa Nº 3 veio para Ré-hawá atraídos pela reputação de Kobryrá. Este é conhecido como Hâri (ou Kohotí-bedu) que é o xamã e curador dos Karajá. O homem dessa Casa Nº 3 (Txywarychoy) não é Karajá : é Tapirapé casado com mulher Karajá. É originário da aldeia Tapirapé que se localiza a dois ou tres Kilometros da aldeia Karajá da barra do Tapirapé. Vieram para tratar a mulher Tahanarú e a criança (seu filho Ijetewí ou as filhas de sua filha Maixá ?) com o Hâri. Não consegui descobrir qual a natureza do mal que afligia a essas pessoas : não me surpreenderia se estivessem sendo vítimas de koworú (ou karuára : feitiço). Como vimos pela Fig.5 a família de Waihoá é a família base de Ré-hawá. Apenas as famílias das Casas Nº1,3e4 não estão em relação direta de parentesco com ela, ou seja não tem nenhum de seus homens ou mulheres casados com membros da referida família. Os indivíduos complementares a esse esqueleto que é dado pela família principal (a de Waihoá) ou seja os parceiros que servirão de esposos ou esposas são na sua maioria originários das aldeias de Fontoura e da barra do rio Tapirapé. A primeira dista apenas 50 km ( aproximadamente ) de Luciara. Esta localizada às margens do Araguaia, entre Luciara e São Félix do Araguaia, na margem goiana do referido rio e dentro portanto dos limites do Parque Indígena do Araguaia. É uma das maiores aldeias Karajás sendo por muitos considerada uma das mais conservadoras em termos culturais. Realiza todos os rituais e festas tradicionais apesar de ter sofrido uma tentativa de catequese e conversão

por parte da Igreja Adventista do 7º dia ou sua Missão Brasil Central. A referida Igreja teve uma atuação não muito feliz e frutificadora com esses índios de Fontoura : depois de mais de 30 anos de atuação na área foi-lhe negada pela FUNAI a permissão para continuar atuando na área. Isso face à intransigência dos Missionários em negar aos índios o direito a realizarem suas festas e rituais ("cultos ao se xo e a Satã") (17), comerem carne de tartaruga, peixes de couro e porco e constrangedores rumores de desvio da renda obtida com a venda de artesanato indígena. É com Fontoura principalmente que os de Ré-hawá realizam trocas sociais e economicas. Encontram-se em Ré-hawá muitos índios de Fontoura esperando condução para São Félix do Araguaia ou regressando do Pará, ou então que vem de Fontoura para vender peixe ou artesanato , comprar mantimentos ou tecidos ou então pinga. Muitos índios de Fontoura vão e vem a Ré-hawá frequentemente permanecendo apenas o tempo de realizarem seus negócios com os brancos, com os índios e/ou recolherem matéria prima nas matas próximas (madeiras e folhas de palmeiras são existentes no local) como por exemplo a madeira que se utiliza na fabricação do kohoté (maça ou borduna Karajá) e que atualmente só encontra perto de Ré-hawá.

A segunda aldeia mais importante para os de Ré-hawá é a da barra do Tapirapé. As duas aldeias mantêm um fluxo ininterrupto de migrações de famílias que varia muito (ora o fluxo se dirige a aldeia da barra do Tapirapé, como aconteceu na década de 60, ou se dirige, como atualmente esta se dando, em direção à aldeia Ré-hawá ) de objetivo mas não em termos de continuidade. Dependendo das condições de vida numa ou noutra aldeia elas vão se esvaziar ou aumentar conforme o direcionamento do fluxo migratório. Como foi dito ocorre atualmente um aumento da população de Ré-hawá devido principalmente a um esvaziamento da aldeia da barra do Tapirapé. Por que se dá este abandono da aldeia da barra do Tapirapé por parte de algumas famílias ? Como me foi dito pelos da Casa Nº 1 ( e eu estou convencido a crer esta a razão principal ) o poder e a influencia da família dominante na barra do Tapirapé ou a família do chefe Zé Ricardo, Taxirimá, torna impossível a permanencia de algumas famílias na referida aldeia, por discordarem dos desmandos de Taxirimá, ou então não mais suportando a exploração a que os índios da barra do Tapirapé sofrem por parte dos barcos dos "Mariscadores" locais. O pescado e o artesanato é comprado a um preço menor do que nas cidades e os produtos manufaturados são vendidos a um preço exorbitante. Também como resultado da atuação dos "Mariscadores" a pinga entra livremente na aldeia da barra do Tapirapé. Multiplicam-se as brigas, mortes e vinganças decorrentes. Os empregos criados pela FUNAI no P.I. Tapirapé foram ocupados pelo chefe da aldeia e sua família : a filha de Taxirimá é a atendente de enfermagem do Posto, seu filho (do chefe Taxirimá) é o monitor (professor) da escola do Posto. A chefia tradicionalmente ocupada pela família de Taxirimá somou-se o poder e o prestígio que lhe são conferidos pela ocupação dos empregos da FUNAI. A política inter-familiar nesta aldeia viu-se assim desequilibrada já que somente uma família acumulou tamanha quantidade de poder que tornou impossível às outras famílias a disputa não só de poder político mas de voz ativa na condução de assuntos que di-

(cont.) zem respeito a toda comunidade, como por exemplo a permissão para o barco do 'Mariscador' encostar ou não no portinho da aldeia. Através de favores ou mesmo da propina o chefe Taxirimã sempre resolve favoravelmente aos interesses dos mariscadores. O assunto diz respeito a toda comunidade, mas a excessiva concentração de poder encaminha a decisão à família dominante em detrimento da comunidade. A isso se alia a utilização dos empregos e das funções de atendente e professor em benefício da referida família. Como reflexo dessa situação as famílias que discordam da orientação dominante do chefe Taxirimã ou da FUNAI não tem outro recurso que deixar a aldeia. A aldeia da barra do Tapirapê se esvazia. A aldeia Ré-hawã em consequencia aumenta de população. Como vemos o aumento do número de habitantes das aldeias que não tem assistencia por parte da FUNAI reflete também a deficiencia da agencia governamental nas áreas em que atua. Decorre daí que certas famílias preferam viver sem a assistencia da FUNAI (e sem as consequencias de subordinação política que isto implica no caso abordado) que de resto oferece benefícios muito restritos aos índios (baixa qualificação do monitor bilíngue ou professor e da atendente de enfermagem Karajás).

Como se vê, a FUNAI contratando indiscriminadamente membros de uma só família para os empregos exigidos para o funcionamento do Posto Indígena da barra do Tapirapê acabou por desequilibrar <sup>a disputa</sup> e favorecer o poder de uma só família, a do chefe Taxirimã, em detrimento das demais. A disputa pela liderança no interior do grupo ou então simplesmente o direito a voz ativa na condução dos destinos da comunidade como um todo viu-se assim desequilibrado devido a involuntária ação da FUNAI. A atuação da FUNAI no P.I. Tapirapê tem então íntima ligação com o aumento (no caso estudado) da migração para as aldeias Karajás sem assistencia da FUNAI e sem contato indiscriminado com o branco. É, sem dúvida, altamente elucidativo para se avaliar a qualidade do atendimento da FUNAI aos índios (através dos Postos Indígenas) o fato de o índio sair da aldeia de origem para receber, junto com a população branca, os mesmos serviços básicos que a FUNAI deveria oferecer-lhes através do Posto Indígena : Educação e Assistencia médica.

Apesar de estarem em contato ininterrupto com a população branca o estado de saúde e de nutrição dos Karajá de Ré-hawã não apresenta diferenças perceptíveis em relação aos demais Karajás que vivem sem a presença cotidiana do branco e com a assistencia da FUNAI. Na época de minha visita (01/80) somente me chamou atenção o estado de saúde de uma criança (Wakurusan-Wekonã) de 5 meses de idade que apresentava a cabeça toda coberta de feridas (espécie de micose ?) que provocavam a queda do cabelo nas regiões do couro cabeludo atingidas (Casa Nº 1).

Segundo o que me foi informado existia no local da aldeia, até fins da década de 60 a casa das máscaras ou casa dos homens (Ijasô-heto). Decorre daí a existencia de vida ritual nos padrões tradicionais do grupo até a data em que não mais se construiu a Ijasô-heto. A casa das máscaras é o centro da vida ritual e cultural dos Karajá e a sua simples existencia é comprovatória da normalidade e da continuidade dos seus valores culturais tradicionais.



Não me parece que os Karajá de Ré-hawá estejam se descaracterizando culturalmente como resultado do convívio com os brancos. Todos falam a língua original. O português é falado com fluência somente pelos homens (adultos e rapazes). As crianças, de ambos os sexos, e mulheres não tem a mesma facilidade em relação ao português que os homens : algumas não falam português em absoluto e algumas (a maioria) utilizam-no com muita dificuldade. As regras de residência tradicionais são observadas (os rapazes que recentemente se casaram vão morar na casa da noiva, trabalhando para sua nascente família e para o sogro). A família extensa ainda é a base do sistema familiar e, como no passado, fundamenta a expressão e a disputa política entre estes mesmos grupos familiares. Waihoá e seu irmão Atharí tem duas mulheres, embora nenhum dos dois vivam com as duas : a mulher mais velha de Waihoá, Tarimarú, vive com seu filho Carlos na Casa Nº 5. A esposa de Atharí (uma delas) esta doente e presentemente vive no P.I. e aldeia de Fontoura. É comum encontrarmos entre os Karajá homens com duas mulheres. São na sua maioria os chefes das aldeias os que tem condições de sustentarem duas esposas. No caso estudado o irmão do chefe mantém, igualmente ao seu irmão, as suas duas esposas.

A família extensa vive junta num núcleo de casas compreendidas pelas casas de Nº 6 e 7. Não permaneci o tempo necessário na aldeia para divisar claramente a divisão dessas famílias no interior das casas mencionadas. Não sei até que ponto a casa Nº 6 não poderia ser subdividida em mais uma, não visível em termos de um espaço físico definido.

Em termos de subsistência os Karajá de Luciara dependem basicamente do artesanato e da pesca. Nessa ordem de importância. O artesanato é feito basicamente para a venda à população regional e para a comercialização nos grandes centros ou para a venda aos turistas no verão. Como já vimos na introdução o artesanato Karajá não se destina somente a ser consumido por turistas ou nos grandes centros urbanos : seu valor na economia regional decorre de seu valor de uso. Fazem parte do cotidiano da vida regional os artigos produzidos pelos Karajás : canoas, remos, moringas, esteiras, arcos e flechas (utilizados na pesca) etc. São bens, de utilidade imprescindíveis à população regional, que não existem seja na forma industrializada ou que não são produzidos pela população regional. Ou então são produtos que existem na nossa sociedade mas cujo preço os torna inacessíveis (é o preço de um barco ou canoa) obrigando assim a população regional a adquiri-los do índio. A indústria de artesanaria da população regional de Luciara é bastante pobre. Vi, na época de minha visita a construção de um barco pela população local. Não dominam, no entanto, a técnica artesanal do Karajá : não sabem fazer cerâmica, não sabem tecer esteiras, não sabem fazer um remo, não conhecem as matérias primas necessárias, não tem a intimidade e conhecimento do rio e da mata que tem o Karajá.

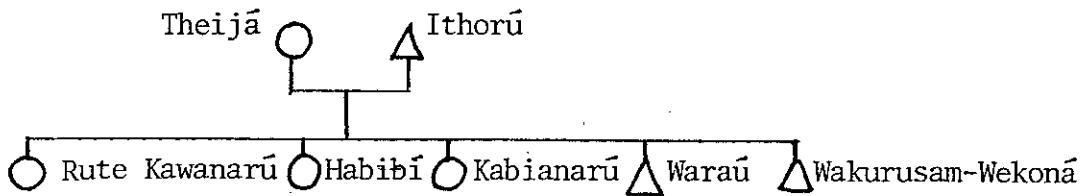
A pesca é feita da maneira tradicional ou então com a utilização de barcos a motor que revelam uma grande profissionalização dessa atividade entre alguns índios ~~de Ré-hawá~~ como Kurixama, o único a possuir um barco a motor em Ré-hawá. O pescado é vendido mais frequentemente e em maiores quantidades aos Mariscadores que à popula-



(cont.) ção regional. Mantêm também muito contato com os Mariscadores e/ou compradores de peixe de Barreira do Campo, no Pará. Vão, muitas vezes, até Barreira do Campo ou outras cidades ribeirinhas do Pará para venderem o pescado.

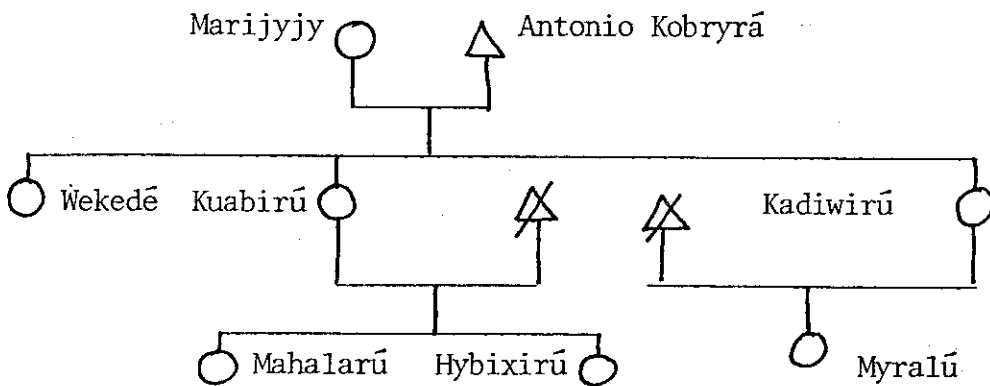
Composição do grupo :

Casa Nº 1 -

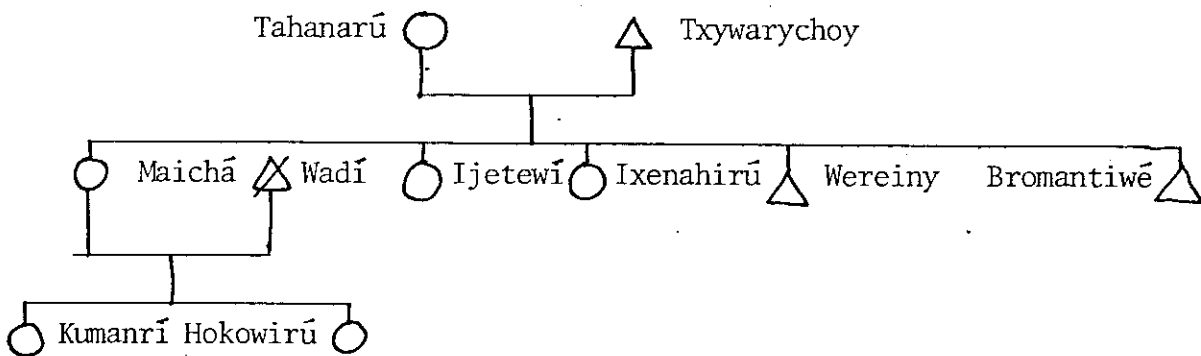


Observação : Rute Kwanarú esta sendo criada em Anápolis por uma família de caravaneiros. O chefe desta família amiga chama-se Nhehemias (?).

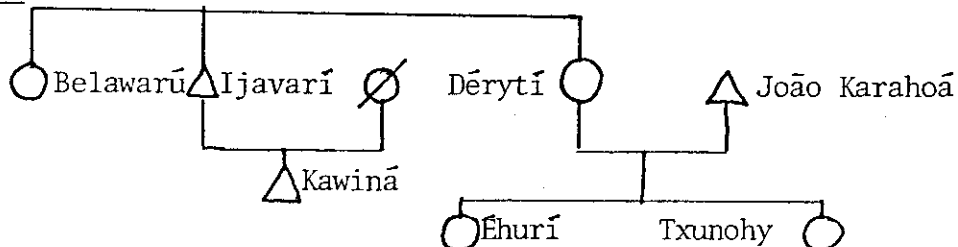
Casa Nº 2 -

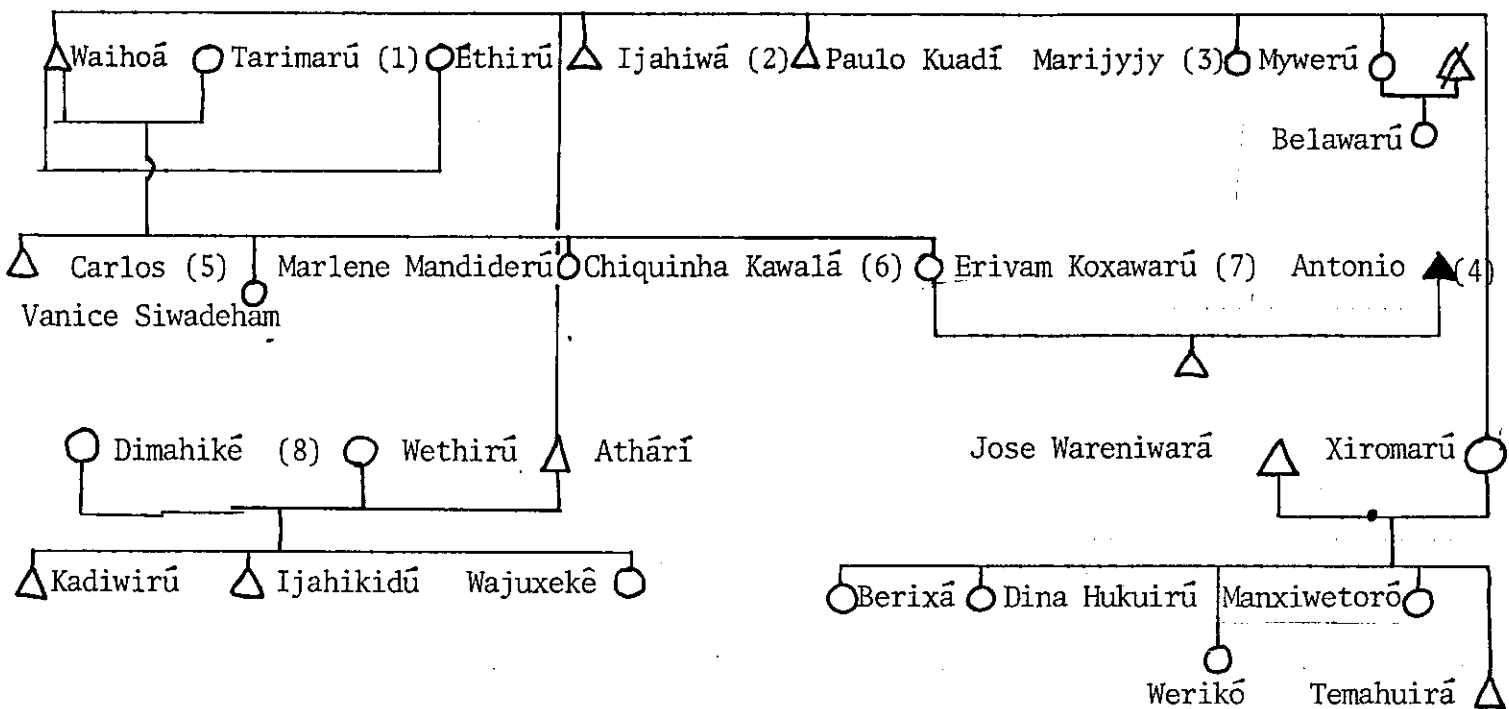


Casa Nº 3 -



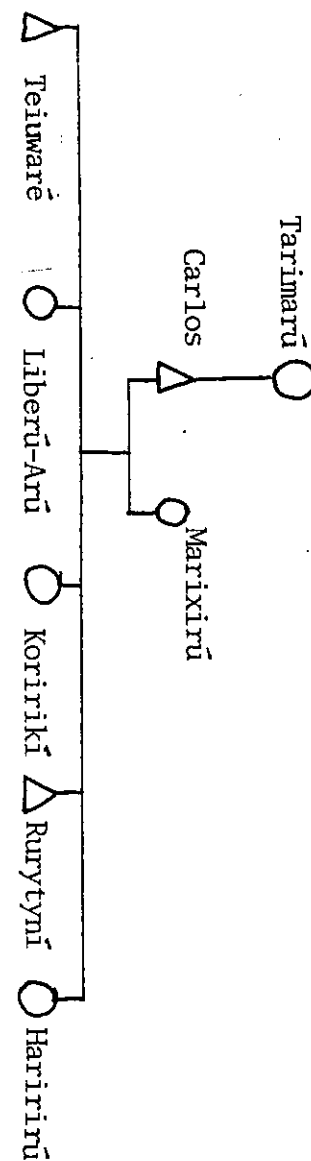
Casa Nº 4 -



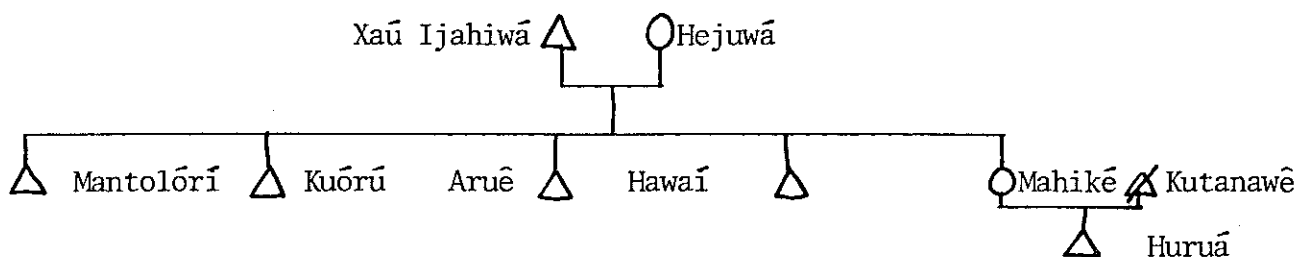


- |                               |                               |
|-------------------------------|-------------------------------|
| (1) Vive na Casa Nº 5         | (6) Vive no P.I.Fontoura      |
| (2) Vive na Casa Nº 7         | (7) Vive na cidade de Luciara |
| (3) Vive na Casa Nº 2         | (8) Vive no P.I.Fontoura      |
| (4) Vive na cidade de Luciara | (5) Vive na Casa Nº 5         |

Observação : Estão aqui incluídos todos os irmãos de Waihoã, filhos e filhos de seus irmãos. Aqueles que não vivem nesta casa tem, ao lado do nome, um número que remete ao atual local de residencia. Assim procedi para melhor se compreender a importancia desta família na constituição das demais Casas e famílias desta aldeia.



Casa Nº 7 -



População. Total :

Homens adultos : 14

Mulheres adultas : 25

Crianças masc. : 9

Crianças femin. : 17

Luciara (Ré-hawā)1980 Total : 65

Desaldeados : A menina Rute Kawanarú (Casa Nº 1) está sendo criada pela família do Sr. Nhehemias (?), caravaneiros de Anápolis.

6. Os Karajá de Lago Grande (Renoy mahadú).

Lago Grande é um pequeno povoado à beira do Araguaia, no Estado de Mato Grosso do Norte. Está localizado em frente à ponta norte da Ilha do Bananal a poucos quilômetros da divisa com o Estado do Pará. Consiste, o povoado de Lago Grande, numa fileira de casas paralelas à margem do Araguaia. No inverno a vida torna-se difícil para os habitantes da referida povoação. Quase não existem lugares à salvo da água nesta estação : atrás da povoação existe um aladiço, "varjão", que é inteiramente tomado pelas águas de setembro a fins de março. As cheias do Araguaia, nesta estação, podem se tornar extremamente dura para os habitantes ; quando as águas sobem, muitas vezes chegam a invadir a rua principal (e única ! ) do povoado , obrigando os moradores a procurarem lugares a salvo das águas. A própria forma física de Lago Grande (uma fileira de casas paralelas à margem do Araguaia) reflete a sua fragilidade frente ao regime do rio e das estações pluviométricas. Inexistem as roças pois inexistem os lugares secos o ano inteiro. Os que tem roças devem mantê-las em lugares distantes da vila pois os lugares altos são muito difíceis de se encontrarem na região. Lago Grande se assemelha, na sua disposição física, a uma aldeia Karajá.

O local, poucos quilômetros da ponta norte da Ilha do Bananal, está, desta maneira, na confluência dos rios Araguaia e de seu braço menor, o rio Javaés. É o local onde os grupos Karajá, que vivem à beira do Araguaia, e Javaé, que vivem no interior da Ilha e ao longo do rio de mesmo nome, se encontram e se confundem.

Segundo os autores clássicos (Ehrenreich, P. e Krause, F.) (13) os grupos que habitavam o interior da Ilha eram todos Javaé. Na realidade tal não se dá nesta parte norte da Ilha. As aldeias do interior da Ilha apresentam uma composição mista: a maioria de seus habitantes são Javaés, mas existem também numerosos elementos Karajás na sua composição interna. Esta ressalva é válida no entanto somente para os grupos Karajá e Javaé da parte norte da Ilha do Bananal.

Uma das razões que determinam essa superposição de grupos na mesma área é a coincidência de roteiros ou pontos de pesca dos Karajá e Javaé. Os primeiros percorrem os lagos, furos, desaguadouros e pequenos córregos ou rios próximos ao Araguaia, os segundos (os Javaé) percorrem os locais próximos ao rio Javaés, bem como os lagos e rios interiores à Ilha do Bananal. Nessa região, onde a distância entre o Araguaia e o Javaés (rio) é menor que no resto da Ilha as áreas dos dois grupos se confundem. Permanecendo próximos ao Araguaia (no estado de Goiás) os Karajá estão dessa maneira penetrando no interior da Ilha, que é, tradicionalmente, território Javaé. Isto quando não vão pescar em território ocupado quase que exclusivamente por Javaé como são as proximidades do rio Javaés ou do Riozinho, no interior da Ilha. Os Javaé ao percorrerem os lagos do interior da Ilha e que ficam próximos ao Araguaia estão em território Karajá. Aliás é raro ocorrerem conflitos entre os grupos motivados pela "invasão" de seus respectivos territórios de pesca. Digo que são raros e não inexistentes, conforme veremos adiante.

As famílias que atualmente vivem em Lago Grande são originários, na sua maioria, da antiga aldeia de Wabê, hoje extinta. Era localizada às margens do Riozinho (rio que corre no interior da Ilha do Bananal).

Como foi dito o roteiro de pesca dos grupos da ponta norte da Ilha, sejam eles Karajás ou Javaés, compreende as lagoas e rios existentes no interior da Ilha bem como os furos e lagoas localizados próximos aos rios Javaés e Araguaia. Assim era no passado, assim ocorre atualmente. Os Karajás de Lago Grande mantêm muito contato com a aldeia Javaé de Barreira da Cruz, localizada às margens do rio Javaés, na parte setentrional da Ilha. Quando falam (os Karajá de L. Grande) ou se referem ao seu habitat original estão considerando a parte setentrional da Ilha do Bananal, área compreendida entre os rios Araguaia e Javaés. Existem também, entre os de L. Grande, indivíduos originários da aldeia de Berobió, na beira do Javaés perto do Riozinho (na parte norte da Ilha).

O pai de Miúda Arehijá (Casa Nº 1) era o chefe da aldeia de Wabê. Era chamado Domingos Utháriá e era Javaé. Não consegui obter a confirmação de se esta aldeia como um todo pudesse ser considerada como sendo Javaé. Mais certo seria considerá-la como sendo formada por Javaés e por Karajás. Depois da morte de sua mulher, Domingos Utháriá e seu irmão Hatiária se mudam com suas famílias para o Araguaia. A aldeia de Wabê se desfaz sendo que os ramos ou famílias a mim descritos como os mais significativos (numéricamente) ou seja as famílias de Utháriá e Hatiária se transferiram para o Araguaia passando a viver com outros Karajás que viviam no próprio local da atual Lago Grande ou na praia que ficava em frente, na margem oposta do rio.

Logo que chegam ao Araguaia Domingos Utháriá morre. A família de Utháriá passa a viver junto com a família de seu irmão Hatiária. Pouco tempo depois de chegarem ao Araguaia entram em contato com os Missionários Dominicanos de Conceição do Araguaia, do Pará. Os missionários conseguem levar os remanescentes da aldeia de Wabê para Conceição do Araguaia. Lá são educados, na escola mantida pela Missão, as crianças da família de Hatiária e os filhos de seu irmão, o finado Domingos Utháriá.

Depois de permanecerem alguns anos em Conceição do Araguaia a família de Hatiária volta ao local onde hoje existe Lago Grande.

Isto se deu, creio eu, por volta de 1940. Uma das razões que contribuíram para a vinda ao Araguaia das famílias originárias de Wabê foi a existência, entre os Karajás que viviam na praia defronte à atual Lago Grande e que posteriormente viriam a morar onde é a atual Lago Grande, de parentes (filhos dos irmãos de Utháriã).

A chegada dos torí (brancos) a Lago Grande é, porém, mais antiga. O primeiro branco a se instalar no local foi o velho Paulino, pai do "Nêgo" Veríssimo, importante chefe político local. Instalou-se no local creio que por volta de 1910. O velho Paulino morava onde hoje é a vila de Lago Grande.(+) Botava suas roças no local onde hoje existe a vila. Era abastecido de sal e outros artigos através do vapor que passava uma vez por mes. O velho Paulino cortava lenha que serviria para alimentar as caldeiras do barco. Eram as ultimas tentativas de utilização do Araguaia como ligação entre o norte do país e o porto de Santos (via Aruanã, antiga Leopoldina e Goiás Velho) Ver a parte que trata da navegação pelo Araguaia na pág. 2. Na época em que o velho Paulino vivia os Karajás eram "bravos" e não raro assaltavam e matavam viajantes brancos que se aventuravam pelasentão desoladas praias do Araguaia. Nessa época os Karajás ainda viviam nas praias da margem goiana. Ou seja : ainda não haviam se sedentarizado em aldeias permanentes como ocorre atualmente. Foi ajudado, o velho Paulino, a se instalar no local com sua família pelo índio Tônico Dexibré. Este era filho de irmãos de Hatiária, irmão de Domingo Utháriã. Ajudar-se-ão constantemente, tendo o velho Paulino, confiança plena em seu "compadre" Dexibré (quando viajava entregava a família à guarda do amigo Karajá). Os vínculos com os índios são continuados pelo filho do velho Paulino, Nego Veríssimo, que se tornou "compadre" do Karajá Hirirawy (Agostinho) casado com a filha do finado Utháriã (Casa Nº 1).

Em 1953, aproximadamente, chegam a Lago Grande os Missionários da Missão Novas Tribos do Brasil. Insistem junto aos índios para que abandonem o local e se sedentarizem na aldeia de Macaúba (onde hoje existe um Posto Indígena da FUNAI). Conseguem com que numerosas famílias se mudem para a aldeia Macaúba. Nessa época e em épocas anteriores os Karajás sofreram muito com as doenças trazidas pelos brancos, que agora vinham para morar, intensificando o convívio e as situações propícias ao contágio. A maioria dos atuais habitantes de Macaúba são Karajás originários desta aldeia e que foram para lá conduzidos pelos missionários. A família de Hatiáriã resolve ficar em Lago Grande junto com outros Karajás nascidos lá mesmo. Apesar do número de brancos que, cada vez mais, aumentava eles não quiseram deixar o local aonde tinham muitos mortos enterrados. Havia na época, dois cemitérios Karajás : um para crianças e outro para adultos. O primeiro estava localizado perto de Lago Grande, subindo o rio.

(+) Lago Grande, ou a vila de Lago Grande, foi fundada em 1922, segundo depoimento do Pe. Canuto de Santa Teresinha (Mato Grosso do Norte).

Como se pode extrair do que ficou dito anteriormente os Karajás de Lago Grande são as ramificações de duas famílias principais. A saber : a do antigo chefe da extinta aldeia de Wabê, Domingos Utháriá, e a de seu irmão Hatiária.

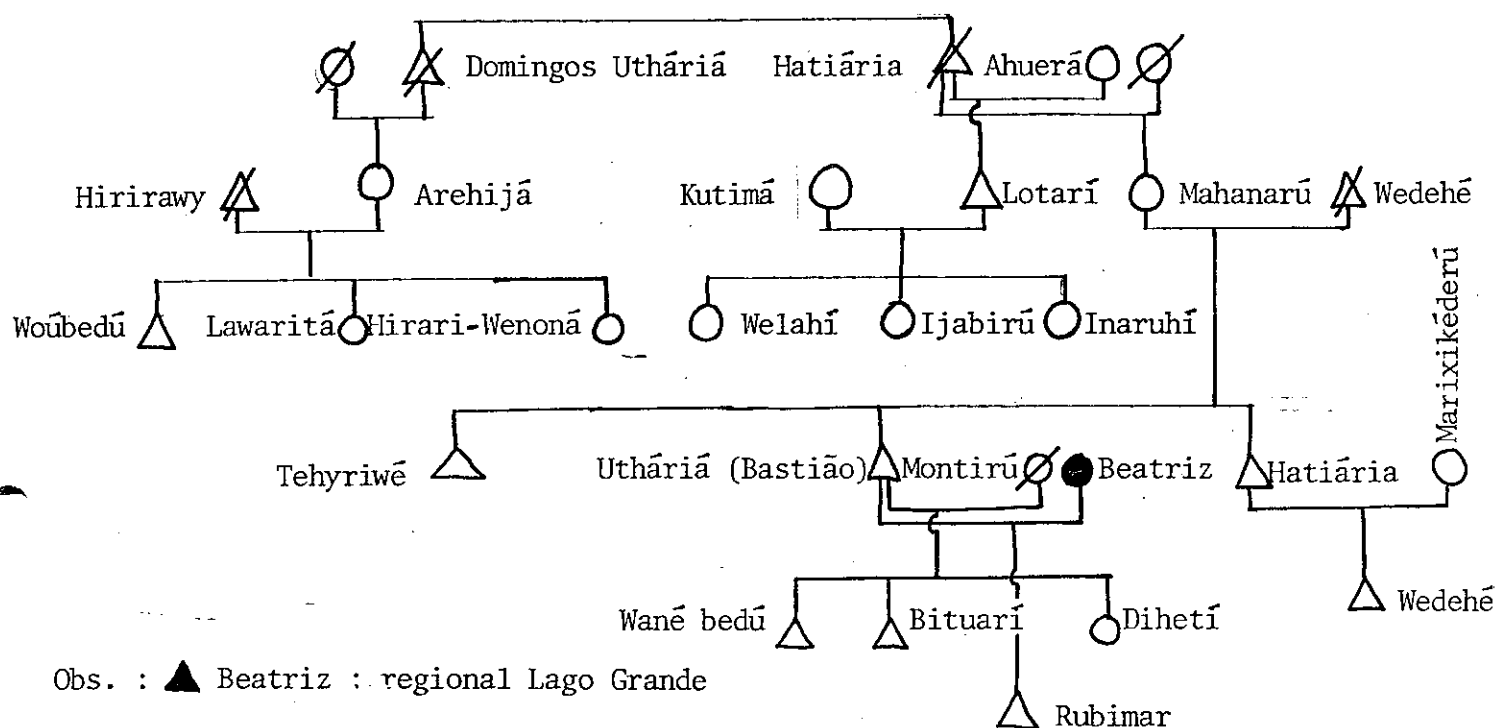


Fig. 6 - Esquema familiar dos Karajás de Lago Grande.

Os Karajás de Lago Grande realizam os casamentos preferencialmente entre os da sua própria etnia (Javaé ou Karajá). Quando estive com eles em janeiro de 1980 havia uma grande preocupação em relação aos casamentos que iriam se realizar. A maior preocupação : Maria Teresa Lawaritá, "afilhada" do Nego Veríssimo, estava gostando de um torí (branco) e queria casar com ele. Lawaritá é filha de Hirirawy, que conforme foi dito atrás era "compadre" do Nego Veríssimo, filho do fundador de Lago Grande. A filha de Agostinho Hirirawy foi criada na casa do Nego Veríssimo. Não sei se em consequência à educação recebida e do intenso convívio que mantinha com moças e rapazes torí, ou então pelos inescrutáveis mistérios do amor, Maria Teresa Lawaritá se recusa a se casar com o filho da irmã de sua mãe. O noivo, seu primo-irmão Geraldo Tehyriwé, era o indicado de forma unânime por todos os desse grupo local.

Na época em que Lawaritá ainda morava com a família de Nego Veríssimo, a família começou a se aperceber que a filha só andava com torí e em decorrência poderia não aceitar as determinações da família original em relação ao seu futuro casamento. Sua família chama-a de volta à casa. Quando ficou sabendo que iria casar-se com Tehyriwé planejou uma fuga : saiu de madrugada de sua casa, quando ainda não havia luz, e escondeu-se no cimo de uma mangueira. Quando amanheceu, correu para a casa de seu "padrinho", o Nego Veríssimo, e pediu para lá ficar, dizendo que não queria casar-se de maneira nenhuma com Tehyriwé e que gostava de um peão torí que trabalhava numa fazenda próxima.



Como se vê por este episódio as uniões preferenciais para os Karajás de L. Grande são aquelas que se realizam entre os de sua própria raça. Se se pudesse casar primos com primos seria o ideal. É e nesse sentido que as primas Rosa Mahanarú e Miúda Arehijá continuam a dirigir seus esforços : já que o casamento de Tehyriwé com Maria Teresa parece difícil de se realizar, cumpre casa-lo então com a irmã de Lawaritá, Hirari Wenoná. Apesar da boa vontade dos pais este casamento também parece difícil : Tehyriwé esta gostando da filha do chefe da aldeia Javaé de Barreira da Cruz. O chefe da aldeia, Krumaré, não quer sua filha se case com Tehyriwé : diz que este ultimo é "sem vergonha", bêbado e que já foi amigado com uma branca. Não me surpreenderia no entanto de que, quando voltar a Lago Grande, encontrar Tehyriwé casado com sua prima Hirari-Wenoná, que tem apenas 13 anos, ao passo que o "noivo" tem aproximadamente 30 anos. É grande o esforço das mulheres mais velhas (Rosa Mahanarú e Miúda Arehijá), e que detem a maior parte do poder de decisão da aldeia, para que as uniões se realizem dentro do grupo familiar que compõe o reduzido contingente de Karajás de Lago Grande.

Para sua subsistencia os Karajás de L. Grande dependem basicamente da pesca e do artesanato, em menor escala, bem como da prestação de serviços esporádicos à população de Lago Grande. São pescadores profissionais. Existem nesse grupo, dois índios que possuem barco a motor : João Lotarí (Casa Nº 2) e Sebastião Utháriá (Casa Nº 1) que possui barco com cobertura. Quando estive em Lago Grande não havia nenhum homem no local : encontravam-se todos pescando perto de Barreira da Cruz, no rio Javaés. Para vender o pescado não dependem do "Mariscador" : vão diretamente a Barreira do Campo, no Pará, aonde conseguem um preço melhor (apesar de ter de vender o peixe muitas <sup>vezes</sup> vezes aos mesmos "Mariscadores", a procura do produto é bem maior conseguindo, desta maneira, melhor preço). Já foi dito que estes índios são "testas de ferro" dos "Mariscadores". Isso devido ao fato de que só o índio tem, na região, o direito a pescar (em quantidades acima do consumo meramente individual, ou seja : profissionalmente) porque, como é sabido, toda a ponta norte da Ilha do Bananal é reserva florestal do I.B.D.F. (Parque Nacional do Araguaia) e a atuação dos fiscais, estranhamente, é feita com rigor : apreendem o pescado e o equipamento dos brancos que porventura encontrem pescando para vender. Não pude obter a confirmação de serem os índios meros agentes dos "Mariscadores". Não me parece no entanto que os barcos e demais equipamentos dos índios lhe sejam fornecidos pelos "Mariscadores" em troca do produto de seu trabalho. Vivendo exclusivamente da pesca os Karajás de L. Grande se especializaram de tal maneira ao seu trabalho - e a habilidade do Karajá em pescar é indiscutível - que o fazem de maneira a obter o máximo de vantagens : sabem onde pescar, sabem onde vender e tendo meios para realizar esta duas premissas a acumulação de capital suficiente para se comprar um barco é consequencia. E não o motivo de seu bom desempenho como pescadores.

Não sei se por seu alto grau de profissionalização ou se por razões outras (como a de estarem pescando em território Javaê) os Karajás de Lago Grande são hostilizados tanto pelos Javaê de Barreira da Cruz e de Canoanã (outra aldeia Javaê situada às margens do rio Javaês) bem como pelos Karajás de Macaúba que não os querem pescando nas suas lagoas ou rios. Segundo o que me disse Rosa Mahanarú eles (os de L. Grande) são acusados de serem feiticeiros tanto pelos Javaê como pelos Karajás. Não conhecendo os grupos locais o suficiente não me alongo nessa matéria, nem considero a justeza dos argumentos utilizados pelas partes em conflito.

Do que ficou dito atrás gostaria apenas de fazer um esclarecimento : apesar de sua especialização na pesca os Karajá de Lago Grande não se distinguem dos demais grupos Karajás que não recebem assistência da FUNAI em relação às suas condições de vida. São, como os outros, terrivelmente necessitados de apoio no tocante a sua subsistência. A falta de roças e a dependência da pesca obriga-os a prestarem uma série de serviços a população torí, como por exemplo : Rosa Mahanarú lava e passa roupas diariamente, apesar de já ser bem adiantada em idade. O fato de Maria Teresa Lawaritá ter sido criada pelo Nego Veríssimo também me parece significativo de sua penúria material : somente não tendo condições ou dificuldades materiais é que se aceitaria ter a filha criada por torí. Não se cede a guarda da filha a não ser que se tenham razões muito fortes para isso. As casa são bastante precárias : apenas uma é barreada e a outra, toda de palha, esta sem cobertura numa das laterais. Um dos maiores impedimentos para o casamento de Maria Teresa Lawaritá com o peão torí é o abandono a que a mãe desta última estaria submetida : sem marido e com um rapaz (Woubedu - 16 anos) e uma moça (Hirari Wenonã - 13 anos) para criar e alimentar seria preferível ter a filha Lawaritá casada com Iny (Karajá) porque, pelas regras Karajás, o marido deve morar e trabalhar para a casa de origem da esposa até ter o primeiro filho.

A seguir apresento o sistema de transmissão de nomes utilizado pelos Karajás de Lago Grande. Serve para evitar confusões entre nomes de avôs (Pai da mãe e pai do pai) e dos netos ou então de irmão do avô (irmão do pai da mãe) e Ego (filho da filha do irmão). É, também, demonstrativo do sistema de transmissão de nomes adotado pelos Karajás de Renoy (L. Grande).

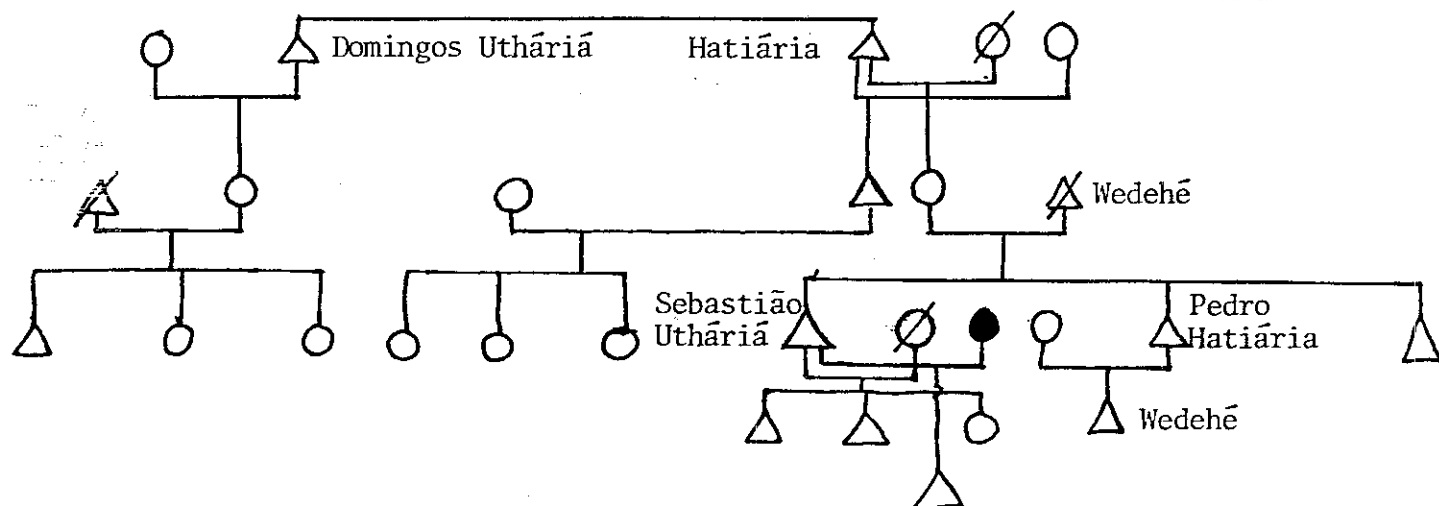
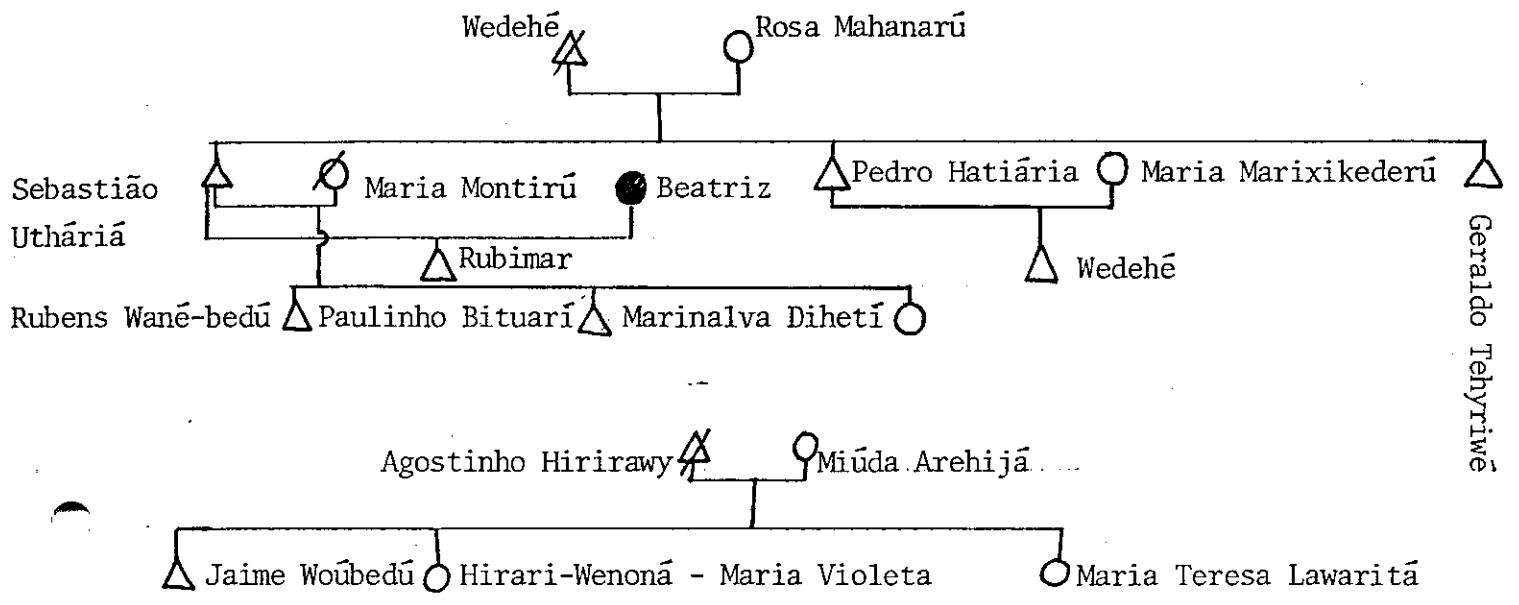


Fig. 7 - Transmissão de nomes (Renoy- L. Grande 1980).

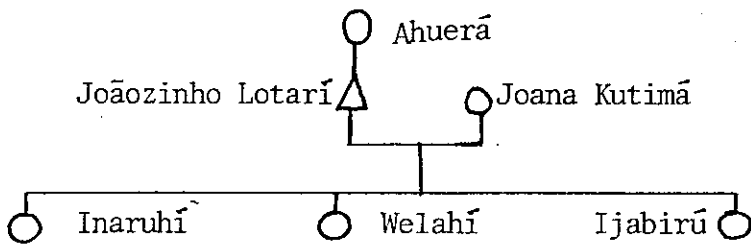
Composição do grupo :

Casa Nº 1 -



Observação : A família de Sebastião Utháriã vai mudar-se brevemente. Pretendem construir uma casa logo que o verão chegar. A casa será construída logo ao lado dessa em que vivem atualmente (Casa Nº 1).

Casa Nº 2 -



População. Total :

Homens adultos :	4
Mulheres adultas :	5
Crianças masc. :	5
Crianças femin. :	6

Lago Grande (Renoy) 1980. Total : 20

7. Os Karajás de Barreira do Campo (Éhuho mahadú).

Os Karajás de Barreira do Campo vivem em 4 casas na periferia da referida cidade. Como a cidade de Barreira do Campo é bastante grande, as casas dos Karajás ficam bem distantes do centro da cidade. Se não fosse o modelo regional de moradia diria que os Karajás vivem em meio a uma enorme favela que existe numa das saídas da cidade. São, sem dúvida alguma, o grupo Karajá em mais adiantado estado de desintegração social. A miséria a que estão submetidos somente pode ser comparada àquela dos Karajás da Barreira da Mirindiba ou dos Karajás de Aruanã. A FUNAI mantém, em Barreira de Santana, a menos de cinquenta quilômetros de Barreira do Campo, um Posto Indígena que atende, no entanto, somente aos Karajás daquela localidade, que não cheguei a visitar. O responsável pelo Posto da FUNAI, em Barreira de Santana, não realiza visitas periódicas aos de Barreira do Campo. Pela sua localização este Posto da FUNAI deveria atender especificamente esses grupos Karajás do médio-baixo Araguaia. Nada faz, no entanto, a FUNAI : não compra artesanato, não dá qualquer assistência médica, não dá educação, não defende as terras nem o direito dos índios, não tira nem ajuda os índios a tirarem documentos (aposentadoria pelo FUNRURAL, assistência médica também pelo FUNRURAL etc.). Quando lá estive em princípios de 1980 o líder desse grupo, Gabriel "Pereira da Costa", estava à beira da morte. Reclamava de fortes dores na barriga e respirava com dificuldade. Eu não sabia o que fazer : não sabia se o problema de Gabriel era fome ou se era um mal físico decorrente de sua idade avançada. Perguntei se o problema era fome. Responderam-me que não, que Gabriel já estava "matuharí" (velho). No dia seguinte, no entanto, pediram-me para levar uma de suas esposas até Barreira do Campo para receber a aposentadoria a que Gabriel tinha direito pelo FUNRURAL. Depois que concordei em levar a senhora até B. do Campo eles, a família de Gabriel, me pediram mais um favor : que eu fosse até B. de Santana para pegar os documentos de Gabriel, sem os quais ele não poderia receber o dinheiro, porque os referidos documentos ficam em poder do representante da FUNAI. Gabriel morrendo e impossibilitado de receber ajuda, de comprar um remédio, de pagar um farmacêutico, de comprar comida. Motivo : os documentos que necessita para receber sua aposentadoria ficam em poder do representante da FUNAI.

Separando as casas dos Karajás umas das outras existe uma estrada de terra, cascalhada, que liga B. do Campo a Conceição do Araguaia, conforme vemos pelo esquema abaixo :

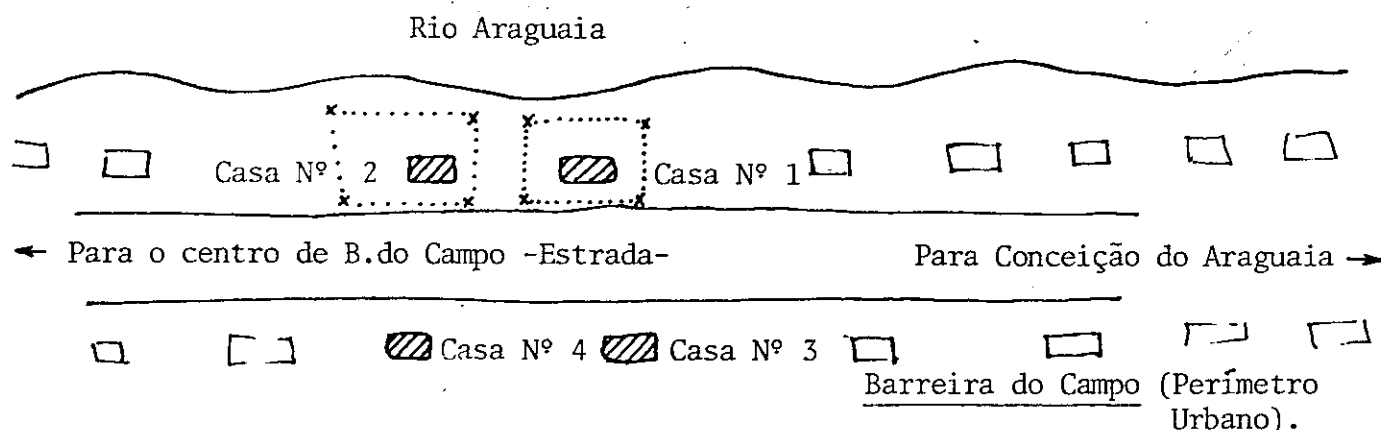


Fig. 8 - Esquema da localização dos Karajás de B. do Campo (Éhuho 1980).

São originários, os Karajás de Barreira do Campo, da aldeia Jatobá. Esta se localizava no rio do Côco, acima de um local denominado Paredão. Não consegui obter nenhuma outra informação sobre a localização da aldeia referida. O rio do Côco é um afluente do Araguaia, desaguando na sua margem direita na altura de Barreira do Campo (na margem esquerda do Araguaia) e cerca de uma vila chamada Araguaçuí (na margem direita a poucos quilômetros da barra do rio do Côco). Em todo caso esta aldeia não me parece ser a aldeia honônima mencionada por Schultz (15) que a visitara em 1960.

A aldeia da qual a família de Erehení é originária esta localizada fora da Ilha do Bananal e não é Javaé (como a aldeia visitada por Schultz) e sim Karajá. Não há nenhuma notícia acerca das aldeias Karajás localizadas nos tributários do Araguaia, sendo sua existência ignorada por todos aqueles que sobre os Karajás escreveram (que de resto só consideravam as aldeias Karajás próximas ao curso principal do Araguaia).

A história dessa família e dos casamentos que as filhas de Erehení irão realizar é demonstrativa dos efeitos da pinga entre os Karajás.

A família original era composta por Erehení (Gabriel "Pereira da Costa") e as duas irmãs, Duá-Hanarú e Érurí, que eram as suas esposas. Tiveram quatro filhas. Resolveram, como é comum entre os Karajás, casá-las com os filhos do primo de Erehení, o finado Fedemonte Marichorê e sua esposa Txukoé (irmã de Erehení?). Desta maneira os quatro primos se casaram com suas quatro primas-"irmãs" (segundo o que me disse Manriwelú). Depois de casados viveram algum tempo juntos em Barreira do Campo. Tiveram, como se pode ver pela genealogia, alguns filhos dessa primeira união. Abaixo dou o nome dos quatro irmãos e ao lado o nome das quatro irmãs, suas esposas :

Iólarí	casou c/	Lawarairú
Ixeruá	"	Lawaritá (Diramã)
Ibijawá	"	Waibé (Maria Teresa)
Kuhérú	"	Manriwelú

Uma vez casados a pinga cuidou de desfazer as uniões : dos quatro irmãos apenas um sobrevive até hoje. Iólarí morreu esfaqueado por um torí numa briga de bêbados. Ixeruá e Kuhérú morreram afogados, depois de beberem muito e tentarem voltar para casa de canoa. Morreram em datas diferentes. Apenas Ibijawá ainda esta vivo. Como, porém, era muito "Iehehé" (brigão) separou-se da sua esposa Waibé.

Atualmente as quatro irmãs estão casadas com brancos. O último dos quatro irmãos, primos das filhas de Erehení, mudou-se recentemente de Barreira do Campo. Duas das filhas de Erehení estão "na mata" acompanhando seus maridos vaqueiros ou peões nas fazendas da região. São Diramã Lawaritá e Maria Teresa Waibé. A primeira deixou o seu filho Handoí na casa de seu pai ( e avô do rapaz), o velho Erehení. A segunda, Maria Teresa Waibé, levou seus tres filhos "para a mata" e são criados pelo seu marido torí.

O grupo de Barreira do Campo, desta maneira, se desfaz. As mulheres acompanhando seus maridos torí para a mata e os homens do grupo, como Handoí (Casa Nº 4) e Uthaná (Casa Nº 3), trabalhando nas fazendas. Ou seja, passando a maior parte do tempo fora do convívio das suas famílias que vivem em B. do Campo.



A vida tem sido dura com a família com a família de Erehení. Há tempos atrás o velho Erehení e sua família foi para Santana do Araguaia pretendia viver no local (em Santana do Araguaia existe um representante da FUNAI). Quando lá chegou as famílias Karajás que vivem na aldeia de B. de Santana ficaram com medo. Acusavam Erehení de ser feiticeiro ruim, disseram que ele iria botar feitiço (koworú ou karuára) nos meninos da aldeia. Erehení não pôde ficar morando em Santana do Araguaia. Volta então para B. do Campo, aonde vive até hoje. Esta história me foi contada de maneira idêntica em Lago Grande (Renoy) e em Barreira do Campo (Éhuho).

Devo dizer, no entanto, que vi Gabriel Erehení se auto-medicar, demonstrando conhecer algumas das práticas e procedimentos de Hãri (curador ou xamã). Suas filhas também me contaram que no passado Erehení tinha grande reputação como Hãri, sendo muito procurado por índios e brancos. A população regional receitava e vendia bebidas que fazia com ervas que ia buscar na mata. Atualmente, porém, Erehení está velho. Perguntei às suas filhas se o fato de Erehení estar velho não lhe trazia mais experiência e conhecimento, decorrentes dos anos de exercício das qualidades de Hãri. A resposta foi negativa. Erehení já teve sua velhice onde podia aplicar seus conhecimentos, já acabara a sua velhice frutificadora. Atualmente estava velho demais, entrando dessa maneira em plena fase senil.

A respeito do velho Erehení devo dizer que muito me surpreenderia encontrá-lo vivo na próxima vez que for ao Araguaia, tal era a gravidade de seu estado de saúde na época em que visitei o grupo de B. do Campo.

Como foi dito, este grupo local subsiste basicamente através do trabalho dos homens (brancos ou índios) como peões nas fazendas próximas. As mulheres fazem algum artesanato que vendem na cidade ou aos turistas no verão. Erehení, incapaz de qualquer atividade produtiva, subsiste graças à sua aposentadoria (que não pôde receber durante três meses por razões já citadas: por não poder locomover-se até Santana do Araguaia, onde o funcionário da FUNAI retinha seus documentos e até Conceição do Araguaia, onde receberia o dinheiro).

Existe em Barreira do Campo mais uma mulher Karajá que não vive, no entanto, junto aos demais Karajás. Encontrei-a uma vez visitando seus parentes. Recusaram-se a me dizer seu nome. Dela sei apenas que é prostituta e vive na "zona" local. Usava uma tatuagem (que se chama Juhuty-ratí) logo abaixo do lábio inferior, na parte superior do queixo. A referida tatuagem é mencionada por Fritz Krause (16) que a considera como privativa das mulheres e filhas dos chefes Karajás.

Todos falam a língua original: O português também é falado por todos, inclusive por crianças e mulheres, mas somente no trato com o torí. Mantém contato principalmente com os Karajá de Santana do Araguaia, Lago Grande e com um pequeno grupo, não assistido pela FUNAI, que se localiza perto de Santana do Araguaia.

Como foi dito atrás o grupo de Barreira do Campo apresenta evidente sintomas de desagregação e se está desfazendo graças à indiferença da FUNAI. Inseridos na economia regional, não mais nas atividades em que o Karajá tradicionalmente se ocupava (como prático do rio, pescador e artesão), mas como qualquer peão regional



(cont.) os Karajás não tem nenhuma perspectiva de sobreviverem como grupo ou como unidades familiares solidárias. Isso porque o modelo regional de exploração de mão de obra exige indivíduos soltos, libertos (de qualquer qual parcela dos meios de produção não tendo outra coisa para vender que não seja a própria pele) também de qualquer grupo social que possa servir como grupo de solidariedade, ou vínculo com algum referencial que possa servir de alternativa para a exploração decorrente do modelo sócio-econômico em que estão inseridos. Desapropriados de suas terras e impossibilitados de viverem através da pesca os Karajás de B. de Campo cumpriram apenas um dos pré-requisitos exigidos pelo regime econômico local. O outro pré-requisito à acumulação dos capitalistas locais é a destruição do grupo como tal, é o aniquilamento de qualquer grupo social que ofereça um modelo de vida alternativo. Isto ainda está se dando. Os Karajás de B. do Campo já trabalham como peões, mas ainda não conseguiram deixar a beira do Araguaia. Quando forem para a mata, aí sim estarão desaldeados.

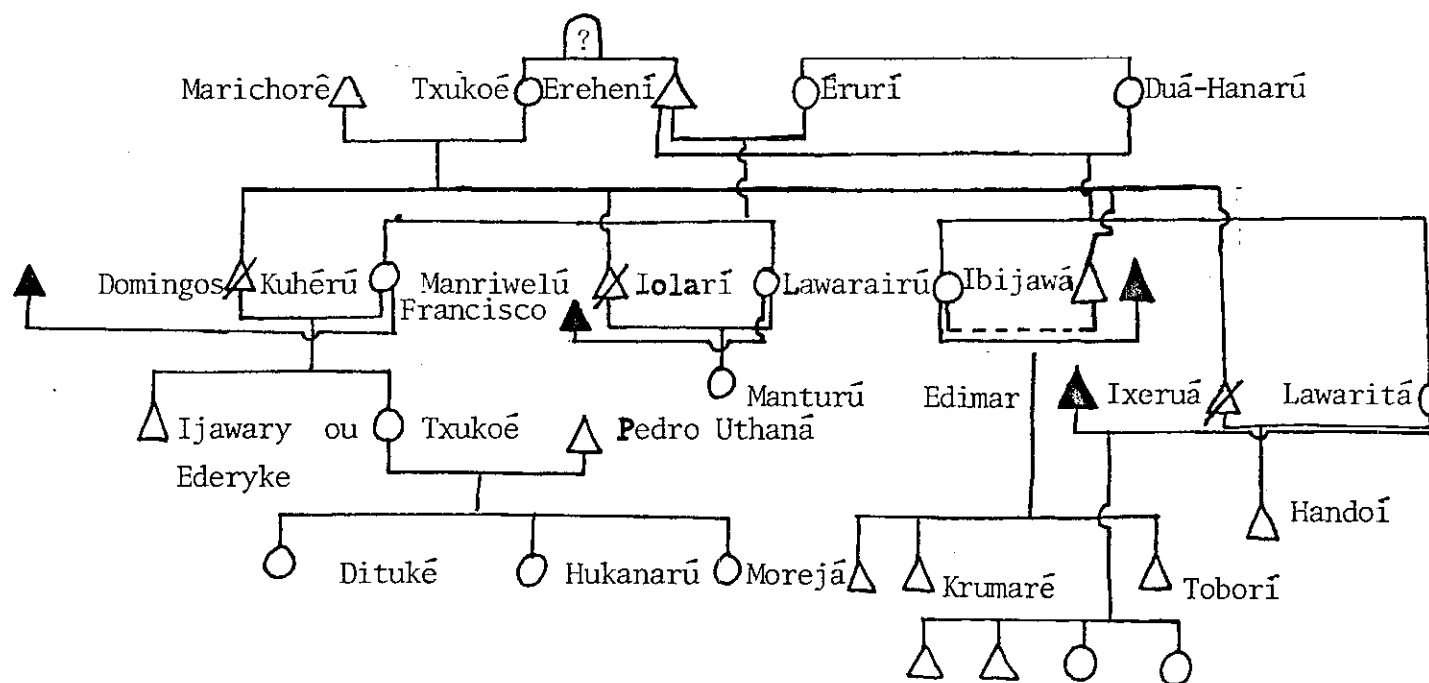
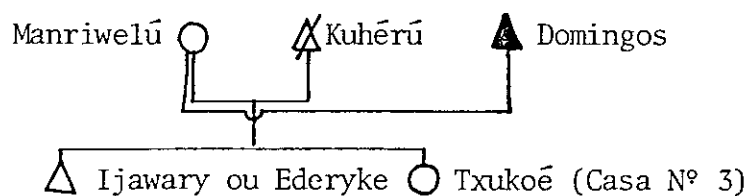


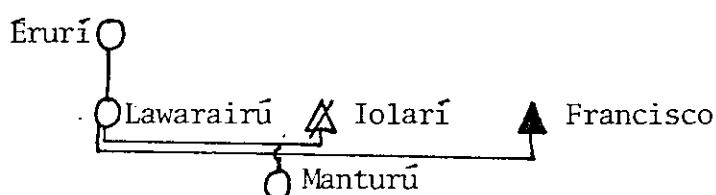
Fig. 9 - Esquema familiar dos Karajás de Barreira do Campo.

Composição do grupo

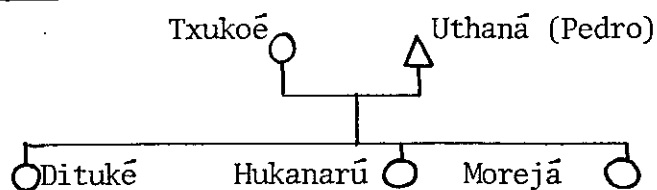
Casa Nº 1 -



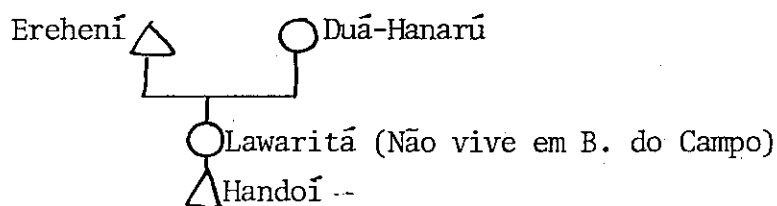
Casa Nº 2 -



Casa Nº 3 -



Casa Nº 4 -



População. Total :

- Homens adultos : 3
- Mulheres adultas : 5
- Crianças masc. : 1
- Crianças femin. : 4

Barreira do Campo (Éhuho)1980. Total : 13

Desaldeados : Diramã Lawaritã - casada com um peão branco, esta "na mata".

Maria Teresa Waibê e seus tres filhos (Krumaré, Taborí e mais um rapaz com mais de 15 anos)- igualmente casada com um peão regional que trabalha nas fazendas da região.

Prostituta Karajã que vive na zona do meretrício de B. do Campo.

Total : 6 indivíduos (tres mulheres e tres homens, todos com mais de 15 anos).

Observação : em "desaldeados" não considere os filhos de mulheres Karajãs em suas uniões com maridos torí (branco).

Notas

(1) Krause, Fritz - "In den Wildnissen Brasiliens" traduzido por Egon Schaden e aparecido na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo sob o nome "Nos sertões do Brasil". Publicado nos Vols. LXVI a XVC de 1940 a 1944. Trecho citado pág. 180, Vol. LXVIII.

(2) Krause, F. - op. cit. Vol. LXVIII pág. 176

(3) "Leopoldina fundada em 1852 à margem do rio Vermelho, e transferida em 1856 depois de várias mudanças, para a sua situação atual, floresceu durante algum tempo devido à navegação a vapor (1868-9) entre Leopoldina e Santa Maria e ao colégio Isabel, fundado em 1871"

Krause, F. - op. cit. Vol. LXVIII pág. 68

(4)

(5) Gallais, Estevão, O.P. - "O Apostolo do Araguaia, Frei Gil de Vilanova, missionário dominicano" Adaptação portuguesa por Frei Pedro Secundy e Soares de Azevedo. Conceição do Araguaia -GO 1942. Trecho citado págs. 21-22.

(6) Vieira Filho, João Paulo Botelho - "Os Karajás de Aruanã - GO" A ser publicado brevemente pelos cadernos da Comissão Pró-Índio de São Paulo. 1979.

(7) Vieira Filho, João Paulo Botelho - op. cit.

(8) "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas" (Artigo 18 do Cap. I "Das disposições gerais", Título III "Das terras dos Índios" Estatuto do Índio, Lei Nº 6001 de 19/12/73)

"Cabe aos Índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes." (Artigo 22 do Cap. II "Das terras ocupadas", Título III "Das terras dos índios" Estatuto do Índio, Lei 6001 de 19/12/73).

Ministerio do Interior - Fundação Nacional do Índio. "Legislação" Brasília D.F. 1979

(9) Segundo a informante Lídia Dikuríá (Casa Nº 2 de Aruanã) havia na aldeia de Burdine, há tempos atrás, um Kohotí-bedu (feiticeiro). O mesmo foi morto dentro da aldeia e durante o dia pela "turma" devido a acusações de feitiçaria.

Notas (cont.)

(10) Dados relativos à atuação da Missão Adventista e das razões que levaram ao seu afastamento da área indígena pelo interdito formal da FUNAI serão vistos na pág. 24 deste relatório.

(11) Schaden, Egon - "Fenômenos de aculturação religiosa" in "Aculturação Indígena". Livraria Pioneira Editora São Paulo 1969. Trecho citado pág. 238.

(12) Cardoso de Oliveira, Roberto. "O Índio e o Mundo dos Brancos. A situação dos Tukúna do Alto Solimões." Difusão Européia do Livro. São Paulo 1964. Trecho citado pág. 97/98.

(13) O chefe deste grupo local, Pedro Krumahíra, se diz crente praticante. Só não pratica mais sua fé porque atualmente a Igreja da Assembleia de Deus de P.L. Alves esta sem pastor. No dia 7 de setembro de 1979 foi convidado, pelos seus irmãos da Assembleia de Deus, a falar em São Miguel do Araguaia.

Na ocasião em que falou, através de microfone em meio às comemorações que se faziam na praça da cidade, ele relatou que era índio e que dava graças ao Senhor pelo que possuía. Disse também acreditar na palavra do Senhor, contida no Evangelho.

Quando, depois, falou com seus irmãos crentes relatou-lhes as dificuldades e privações a que as famílias Karajás de P.L. Alves passavam e das pressões que sofriam por parte do fazendeiro mencionado (Dr. Hildebrando).

(14) Ehrenreich, Paul - "Contribuições para a Etnologia do Brasil." Tradução de Egon Schaden. Publicado pela Revista do Museu Paulista. Nova Série. Vol. II. São Paulo 1948. Pág. 25/26 :

"Os Karajás do Araguaia dividem-se nas tres grandes tribos dos Javahé, Karajahi e Xambioá, ao todo 4.000 indivíduos. Os primeiros habitam o interior da Ilha do Bananal, totalmente desconhecida ainda." O mesmo autor localiza os Karajás no braço ocidental do Araguaia desde São José dos Bandeirantes até as imediações da ponta norte da Ilha do Bananal. (op. cit. págs. 25/26).

Também em Krause encontramos a mesma localização para os grupos Karajá :

(Krause, Fritz - op. cit. Vol. LXXVII pág. 186) 'Distinguo as seguintes tres hordas dos Karajás : os Xambioás, no trecho encachoeirado; os Xavajé (ou Javaês), na Ilha do Bananal; os Karajás propriamente ditos, no Araguaia, a oeste e ao sul da Ilha do Bananal.'

(15) Schultz, Harald - 'Blue eyed Indian : a city's boy sojourn with primitive tribesmen in Central Brazil.' The National Geographic Magazine. Vol. CXX, Nº 1. Washington D.C. 1961.

(16) Krause, F. - op. cit. Vol. LXXIX, pág. 279 :

Notas (cont.)

(16) (cont.) "A tatuagem de cacique, peculiar aos chefes de aldeia e às mulheres destes, é constituída de traços pretos e verticais entre o lábio inferior e a borda inferior do rosto." Krause, F. - op. cit. Vol. LXXIX, pág. 279.

(17) Pereira Neto, Antonio - "Relatório baseado no roteiro para coleta de dados Antropológicos, efetuados na aldeia Carajá de Fontoura, no Parque Indígena do Araguaia, de 23 a 27 de março de 1976". Divisão de Estudos e Pesquisas. Fundação Nacional do Índio FUNAI Ministério do Interior:

"(...) A Missão começou a agir entre os Carajá utilizando-se basicamente da Escola, onde se ministram diariamente aulas de religião, fora os dois cultos diários(...). O mal de tudo isso é que não existe para os Adventistas do Sétimo Dia, salvação eterna se não forem cumpridos, ao pé da letra, a Sagrada Escritura, com maior ênfase no Antigo Testamento. Assim, é impraticável para eles que se pratique o Aruanã (ritual Karajá), uma festa pagã onde a beleza dos corpos despídos nas lutas e danças significa simplesmente um culto ao sexo." (Pereira Neto, A. - op. cit. pág. 19).

GRÁFICO 1 - Os Karajã sem assistencia da FUNAI 1980.

Aldeia ou agrupamento	Composição básica do grupo :	Nº de Habitantes :	Nº de casamentos inter-étnicos :	Localização : (Município)	Localização : (Estado)
x Aruanã	Karajã	26	1	Aruaná	GO
/ Mata Corã	Karajã	4	1		GO
/ Cocalinho	Karajã	5	1		MT
/ P. Luís Alves	Karajã e Javaé	24	-	São Miguel do Araguaia	GO
Barreira Mirindiba	Karajã	24	-	Formoso do Araguaia	GO
Luciara	Karajã	65	1	São Félix do Araguaia	MT
/ Lago Grande	Karajã	20	1	São Félix do Araguaia	MT
Barreira da Cruz	Javaé	17	-	Criticalândia	GO
Barreira do Pequi	Javaé	11	1	Formoso do Araguaia	GO
Barreira do Campo	Karajã	15	4	Conceição do Araguaia	PA
Total :		211 (+)	10		

(+) Neste total não estão incluídos os Karajãs sem assistencia da FUNAI que vivem nas proximidades de Santana do Araguaia.



GRÁFICO 2 - População Karajá (Total). 1980 .

Aldeia (Posto Indígena)	Composição básica do grupo :	Nº de Habitantes :	Localização :	Localização : (Estado)
Santana Araguaia	Karajá	50 (3)		PA
Macaúba	Karajá	166 (FUNAI 1976)	PQ ARA	GO
Canoanã	Javaé	286 (2)	PQ ARA	GO
Fontoura	Karajá	278 (FUNAI 1976)	PQ ARA	GO
Barra Tapirapé	Karajá	102 (1)	PQ ARA	MT
Xambioã	Xambioã	60 (4)	Xambioã (Munic.)	PA
Santa Isabel	Karajá	313 (FUNAI 1976)	PQ ARA	GO
Sem Assist. FUNAI	Karajá e Javaé	211 (2)		GO MT PA
Total :		1466		

Observação : (1) Dados Irmãzinhas de Jesus 1977  
 (2) Dados André A. Toral 1978  
 (3) e (4) FUNAI 1976

PARÁ

GOIÁ

MATO GROSSO

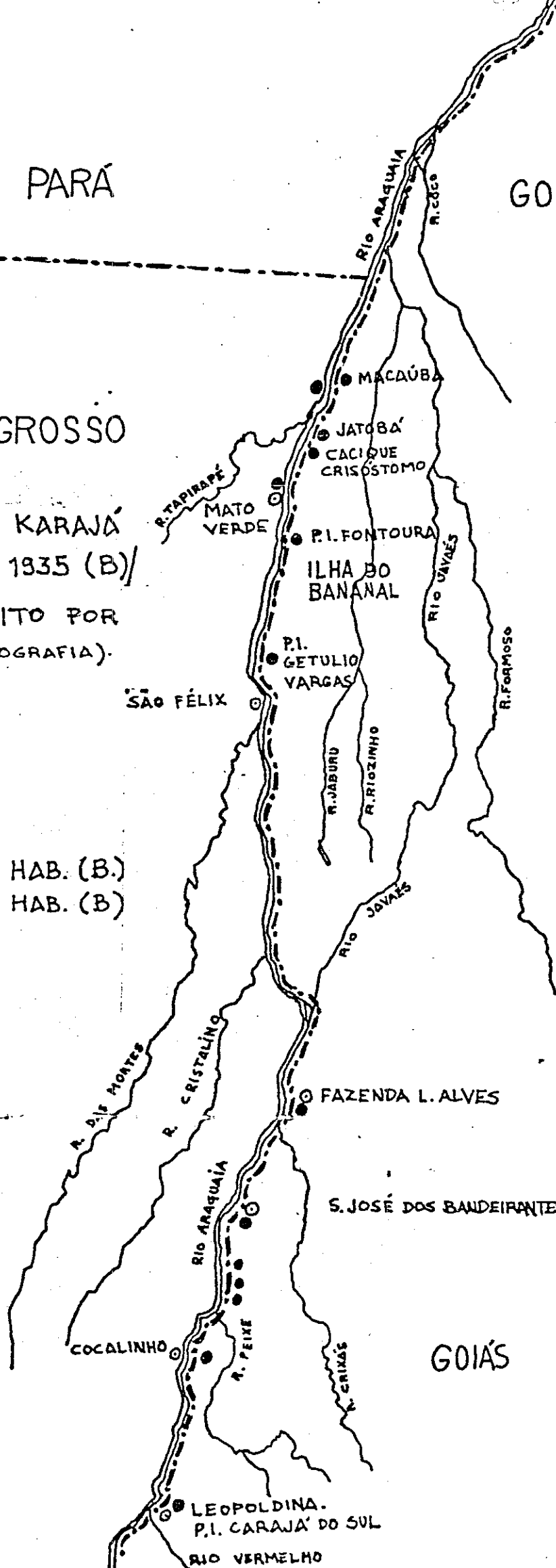
ALDEIAS E ARRANCHAMENTOS KARAJÁ  
 JUNHO DE 1947 (A)/MAIO DE 1935 (B)/  
 1939 (C). DADOS DE LEVANTA/ FEITO POR  
 HERBERT BALDUS (1947. VER BIBLIOGRAFIA).

LEOPOLDINA	31 HAB. (A.) /
COCALINHO	15 HAB. (A.) /
S. J. BANDEIR.	09 HAB. (A.) /
F. LUIS ALVES	09 HAB. (A.) /
P. I. GET. VARGAS	140 HAB. (A.) / 156 HAB. (B.)
P. I. FONTOURA	45 HAB. (A.) / 123 HAB. (B.)
MATO VERDE	40 HAB. (A)
CAC. CRISÓSTOMO	40-80 HAB. (A)
JATOBA'	10-15 HAB. (A)

TOTAL : 361 KARAJÁ'S

CONVENÇÕES :

- ⊙ VILAS, CIDADES
- ACAMPAMENTOS OU ALDEIAS
- DIVISAS INTER-ESTADUAIS
- ~ RIOS



PARÁ

KARAJÁ MERIDIONAL (1980)

KARAJA MATO GROSSO

ALDEIAS KARAJÁ.

JANEIRO DE 1980 - DE LEOPOLDINA (ARUANÃ)  
 ATÉ (EXCLUSIVE) ALDEIAS KARAJÁ DA BARRA DO  
 TAPIRAPÉ (RIO). TRECHO RECENSEADO H. BALUS 1947.

ARUANÃ (EX. LEOP.)	26	HAB.	(A)
MATA CORÁ	04	HAB.	(A)
COCALINHO	05	HAB.	(A)
PORTO L. ALVES	24	HAB.	(A)
BARR. MIRINDIBA	24	HAB.	(A)
P.I. SANTA ISABEL	313	HAB.	(B)
LUCIARA (EX. M. VER.)	65	HAB.	(A)
P.I. FONTOURA	278	HAB.	(B)

TOTAL : 739 KARAJÁS

CONVENÇÕES :

- VILAS, CIDADES
- ALDEIAS KARAJÁ
- - - DIVISAS INTER-ESTADUAIS
- /// RIOS

OBS. : (A) RECENSEAMENTO ANDRÉ TORAL JANEIRO 1980.  
 (B) FUNAI 1976

AAT 12/80.-

